



# Anais da Assembléia

Nº 55

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE JUNHO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 1.989  
TERÇA-FEIRA

Vinte e um Srs. Deputados aprovam. Está aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofício: nº 326/89

Curitiba, 20 de junho de 1989.

Excelentíssimo Senhor  
DEPUTADO ANIBAL KHURY  
Digníssimo Presidente  
Nesta Assembléia

O Deputado que o presente subscreve, cumpre o dever de formalizar, perante a Mesa, seu desligamento da atual Bancada e sua filiação ao Partido da Renovação Nacional.

Na expectativa de que seu pedido seja aceito para todos os efeitos regimentais, vale-se do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os mais respeitosos cumprimentos.

Atenciosamente  
(a) ANTONIO BÁRBARA

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 104/89, que concede o Título de Cidadã Benemerita do Paraná, à Pastora Odá de Castro Pessanha.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

### REQUERIMENTO Nº 1225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 137/89.

Sala das Sessões, em 20.06.1989.

(a) LEONIDAS CHAVES

### REQUERIMENTO Nº 1286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 130/89, que concede gratificação a Título de tempo integral e dedicação exclusiva aos diretores

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Emar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (48). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Acyr Mezzadri, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira e Rafael Greca.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

das escolas estaduais e aos assistentes de núcleo.

Sala das Sessões, em 20.06.89

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### REQUERIMENTO N° 1291

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja invertida a Ordem do Dia prevista para esta data.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 1233

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Resolução n° 07/89, que já teve requerimento de Regime de Urgência aprovado na Sessão Ordinária do dia 1°, do corrente.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 1285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia 27 de junho de 1989 da Proposição Veto n° 42/89.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) PAULO FURIATTI

#### REQUERIMENTO N° 1292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 131/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

GERNOTE KIRINUS

#### REQUERIMENTO N° 1227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEO

#### REQUERIMENTO N° 1287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, terça, em 20.06.89

REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de apreciação pelas demais comissões do Projeto de Lei n° 137/89, uma vez que o mesmo está em regime de urgência e com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### REQUERIMENTO N° 1263

Senhor Presidente.

O prematuro falecimento de dois profissionais de imprensa em serviço no Oeste do Paraná abre uma página de luto nos meios jornalísticos, em especial na TV Tarobá, onde trabalhavam.

Na madrugada de sábado, quando se deslocavam entre Cascavel e Santa Terezinha de Itaipu, faleceram em acidente automobilístico a jovem repórter Tina Rocha e o cinegrafista César Maia.

Pedimos que a Casa manifeste seu pesar pelo infausto evento, inserindo na Ata desta Sessão um voto de condolências por essa perda, que enluta a nossa imprensa.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO N° 1264

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do eminente advogado e líder paranaense, Dr. Antônio José Santana Lobo Neto.

Santana Lobo se destacou na cidade de Paranaguá por sua vigorosa atuação como advogado especializado em assuntos de comércio exterior, prestando assessoria a diversas empresas de nosso complexo portuário. Na vida pública foi Vereador, Diretor de Órgãos estaduais e federais e teve longa militância política.

Seu desaparecimento abre uma lacuna na família paranaense, fazendo das mais justas a manifestação desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO N° 1266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. PEDRO BARAUSSE, pessoa de tradicional família de Campo Largo.

Outrossim, solicitamos que seja dado ciência à família enlutada através de sua esposa Srª MARIA ROSA ANDREASSA BARAUSSE, residente à Av. Porcelana, n° 344, Bairro do Itaquí, Município de Campo Largo. CEP 83.600.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ACYR MEZZADRI

## REQUERIMENTO N° 1289

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pela perda irreparável do Sr. JOSÉ TABORDA RIBEIRO, tio do Senhor Vice-Prefeito RAFAEL FRANCISCO SANTOS RIBEIRO, de Quatro Barras, no dia 06 de junho último.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência ao ilustre Senhor Vice-Prefeito.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) NEIVO BERALDIN

## JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a razão pela qual submetemos este requerimento ao Plenário prende-se ao fato de que, nesse momento, gostaríamos de nos solidarizar com o Sr. RAFAEL FRANCISCO SANTOS RIBEIRO, Digníssimo Vice-Prefeito de Quatro Barras, e todos os seus familiares, em decorrência da perda irreparável do Sr. JOSÉ TABORDA RIBEIRO, tio do Sr. Vice-Prefeito, aos 57 anos, residia em Terra Boa, no Paiol de Baixo, em Campina Grande do Sul/PR, deixando a esposa SUELI DA SILVA RIBEIRO com seus 5 filhos, com os quais também queremos expressar a nossa solidariedade em um momento tão delicado e triste como esse.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contamos com a anuência dos demais nobres Pares desta Augusta Casa de Leis para a aprovação deste requerimento.

## REQUERIMENTO N° 1259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de congratulações ao Sr. ANTÔNIO DA PAZ ROSA FILHO, Digníssimo Prefeito Municipal de Ivaiporã, ao Vice-prefeito Sr. PEDRO GOEDERT, ao Presidente da Câmara Municipal de Ivaiporã, Sr. Vereador JOSÉ NARCISO DE MELLO, bem como aos demais Vereadores, pela criação e aplicação da Lei Municipal n° 681/89, que institui obrigatoriedade de inserir nos currículos escolares da Rede Municipal de ensino, de disciplinas sobre EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO e NOÇÕES ELEMENTARES SOBRE AGROPECUÁRIA.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

## JUSTIFICATIVA:

O inclusão no currículo escolar da rede Municipal de ensino de Ivaiporã, das disciplinas que tratam da EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO e NOÇÕES ELEMENTARES SOBRE AGROPECUÁRIA, abre a feliz oportunidade de ser preenchida uma lacuna que há muito tempo exigia atenção.

Ampliar os conhecimentos e a instrução dos jovens é uma tarefa fundamental, pois, as duas disciplinas a serem implantadas são indispensáveis para o desenvolvimento de qualidades especiais que proporcionarão aos alunos, um posicionamento prudente e vem administrado por si próprios, no trânsito, quer seja como pedestres ou como futuros condutores de veículos.

Quanto às noções sobre agropecuária, trarão sem dúvida, os elementos necessários para despertar-lhes o interesse por atividade importante que servirá como instrumento capaz de fazê-los aprender a cultivarem desde uma pequena horta, até, cuidarem adequadamente de um animal doméstico.

## REQUERIMENTO N° 1260

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao "Jornal do Estado", pela passagem do seu 6° aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Jornalista Dr. ROBERTO BARROZO FILHO, para que receba e cumprimente todos os jornalistas e colegas de trabalho em nome do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

O "JORNAL DO ESTADO" é uma empresa jornalística fruto da visão dos homens de imprensa, e do serviço de qualidade.

O "JORNAL DO ESTADO" tão bem conduzido pelo jornalista ROBERTO BARROZO FILHO, é uma prova de que para crescer e ser forte a receita infalível é: TRABALHO E COMPETÊNCIA.

Esse jornal que completa 6 anos de sua existência, como todos os empreendimentos e projetos desenvolvidos, enfrenta crises e desafios em face das próprias condições brasileiras. Muitos não resistiram, ficaram pelo caminho do tempo, esmagados pelos problemas conjunturais agravados pelo desânimo e até pela falta de visão administrativa. Outros triunfaram, é o caso do "JORNAL DO ESTADO".

É indubitável - segundo o acompanhamento que temos feito diuturnamente, seu sucesso está ligado à obstinada dedicação e trabalho do Jornalista Dr. ROBERTO BARROZO FILHO, intengrando-se sempre na atividade dos que realmente prestam serviços à comunidade.

Por isso, é de todo justo este reconhecimento do Legislativo do Paraná, como atestado de que sucesso é fruto do trabalho e competência.

## REQUERIMENTO N° 1267

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Clevelândia, pela passagem do 97° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Antônio Selso Bortolini, ao Vice-Prefeito Senhor Jenyr Crestani bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem a população clevelandense, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

CLEVELÂNDIA - Berço da civilização paranaense, depositária das páginas mais brilhantes da nossa história. Clevelândia comemora no próximo dia 28 o seu 97° aniversário de fundação. Desmembrado que foi de Palmas no ano de 1892, o mais antigo Município do Sudoeste Paranaense, passa, nos últimos anos, por um extraordinário surto de progresso.

Clevelândia, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador, abriu suas portas para a industrialização, e o Município conta hoje com extraordinárias empresas industriais e comerciais.

É com orgulho, portanto, que o povo de Clevelândia comemora o 97° aniversário de seu município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo de Clevelândia já conquistou, com trabalho que vem sendo feito pela administração municipal, e com a colaboração de toda a comunidade clevelandense, a esperança de dias melhores, converte-se efetivamente numa certeza.

É o município n. 1 do sudoeste paranaense, também chamado carinhosamente de "Portal do Sudoeste", pois dele foram desmembrados nada menos do que 26 municípios dos que hoje compõem a vasta região sudoestina.

A Lei n. 28 de 28 de junho de 1892, elevou à categoria de vila, com a denominação de Bella Vista de Palmas, hoje Clevelândia, em homenagem ao então Presidente dos Estados Unidos Stefen Grover Cleveland que como árbitro dirimiu a questão de limites entre o Brasil e Argentina, relativa ao então território das Missões, pretendido pela Argentina.

Hoje Clevelândia pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, entre os quais este Deputado, ali nascidos ou vindos de outras plagas.

Os problemas são o ponto que une a todos os clevelandenses legítimos ou não,

são eles que impulsionam o progresso. As grandes conquistas e os avanços mostram que é com trabalho e dedicação que se forja um grande e admirado município, que se melhoram as condições de vida da população.

Clevelândia se aproxima do centenário de sua fundação com um estilo moderno de ser, mas sem perder suas raízes e sem perder o seu passado de glórias e sua história.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Clevelândia é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia modelo para os demais municípios paranaenses.

Mas, Clevelândia é um respeitável acervo de tradições, que não se esgota nunca. Essa herança cultural tem sido preservada multiplicada pelas novas gerações.

Daquele rincão, modelos cívicos, morais, mentais, religiosos e políticos compuseram o perfil do homem paranaense, criado sob a influência da civilização do sudoeste. Desenvolve-se lá, além disso, uma economia pastoral favorecida pelo tropeirismo que lhe possibilita a formação de uma aristocracia rural de marcante liderança.

Dai as muitas figuras titulares que ornamentam a genealogia das tradicionais famílias que lhe pavoaram.

## REQUERIMENTO N° 1269

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, de votos de congratulações pela passagem do 25° aniversário de fundação.

Considerada como modelo em Curitiba, a Escola Especial Tia Nilza, comemorou no último dia 13 de junho, o seu 25° aniversário, com atendimento diário de 105 alunos, através de professores com cursos de especialização e sob direção da professora e fonoaudióloga Maria Hilda Lessing Ogliari.

Fundada pela APAE (Associação Paranaense de Apoio ao Excepcional) em 1964, tendo como primeira orientadora a professora Nilza Tartuce, a Escola Especial Tia Nilza tem como entidade mantenedora o Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, presidido pelo Jornalista e Advogado Durval Monteiro Castilho.

É, portanto, nesta data, grato ao Poder Legislativo do Paraná, cumprimentar a toda a "família" da Escolinha Tia Nilza, cuja ação, em nossa sociedade, tem assumido caráter inestimável e, inclusive, de indispensabilidade.

Que da decisão da Casa dê-se ciência à Direção da Escola Especial Tia Nilza, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1270

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, no uso de suas atribuições Regimentais, após ouvido o Douto Plenário, a formulação de votos de congratulações ao Dr. Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

Depois de intensa vida pública, aposentou-se, na última semana, em Curitiba, o procurador de Justiça, Jerônimo de Albuquerque Maranhão, que entre outras atividades, exerceu a função da Casa Civil no governo Richa e Procurador Geral da Justiça, nomeado em 13 de maio de 1985, até recentemente. Aos 63 anos de idade, o procurador pensa em atuar no campo de advocacia, através de escritório ou consultoria à empresa.

Nascido em Manaus, Amazonas, o Procurador Jerônimo Maranhão chegou ao Paraná aos três anos de idade. Formou-se em Direito na UFPR. Em 1977 foi nomeado Procurador de Justiça. Em dezembro do mesmo ano assumiu a função de Diretor da Polícia Civil. Em dezembro de 1983 foi nomeado Diretor Geral da Casa Civil, quando então, era Secretário do órgão o Dr. Euclides Scalco. Em 1985 foi nomeado procurador geral da Justiça.

O desembargador foi suplente de delegado, funcionário da Caixa Econômica Federal e promotor público, quando, em 1952, assumiu interinamente na Comarca de São João do Triunfo. Foi promotor público e substituto em Palmeira e promotor das comarcas de Marechal Malet, Morretes, Tomazina, Bocaiúva do Sul, Prudentópolis e Araucária, de 1954 a 1964.

Em São João do Triunfo, foi pioneiro, fundando a biblioteca pública e o estádio de futebol. Juntamente com o atual desembargador Jorge Andriguetto, levou para a cidade uma máquina projetora de cinema, então novidade, com o objetivo de exibir documentários para instruir a população do interior. Já em Araucária, foi eleito, em 63, vereador pelo PTB e exercia cumulativamente a promotoria de justiça no Tribunal de Juri de Curitiba. Também foi assessor do secretário do governo Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, de 55 a 56, no governo Adolfo de Oliveira Franco. Em 64 foi designado promotor de justiça do Tribunal do Juri, em Curitiba, onde atuou ainda em várias varas criminais.

Em 1979, foi corregedor do Ministério Público. Exerceu, por outro lado, por quatro vezes, a presidência da Associação do

Ministério Público; foi professor do curso para estagiários do Ministério Público lecionou no curso de polícia do Estado. Participou, ainda, de vários congressos e seminários em todo o País, entre outras atividades. Como vice-presidente do Conselho de Procuradores do Conselho de Procuradores do Brasil, lutou para concretizar as reivindicações da categoria junto à Constituição.

Através desta proposição, esperamos consignar nos trabalhos desta Casa Legislativa, nosso tributo de gratidão pela contribuição emprestada pelo Dr. Jerônimo de Albuquerque Maranhão, ao Poder Judiciário, ao Executivo, Legislativo e ao Paraná como um todo.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Anibal Khury.

#### REQUERIMENTO N° 1273

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente contendo cumprimentos ao Senhor Roberto Requilão, por ter assumido, nesta data, o cargo de Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, quando o signatário deste aproveita para externar votos de sucesso e gestão profícua.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 1274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Dr. NIVALDO PASSOS KRÜGER, por ter assumido, nesta data, o cargo de Diretor-Presidente da SANEPAR.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 1275

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente contendo votos de cumprimentos ao Secretário Especial de Esporte e Turismo, Edson Gradia, pela entrega das obras de restauração do Ginásio Professor Almir de Almeida-Tarumã, na data de ontem.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 1293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive,

no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, REQUER, seja consignado na Ata da presente sessão, um voto de congratulações pelo transcurso do 6º aniversário do "Jornal do Estado."

Outrossim, Requer, ainda que da decisão desta Casa seja dada ciência aos diretores, jornalistas, funcionários da administração e gráficos do referido órgão de imprensa, na pessoa do competente Jornalista Dr. Roberto Barrozo Filho.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ANTONIO COSTENARO NETO

Apoiamento: David Cheriegate, João Arruda, Antônio Bárbara, Basílio Zanusso e Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

Em seis anos de existência o JORNAL DO ESTADO conquistou seu espaço, com credibilidade, junto a opinião pública paranaense. Hoje é um dos maiores e mais respeitados veículos de comunicação de nosso Estado.

Como parlamentar não tenho no "Jornal do Estado" apenas um órgão noticioso, informativo, mas também uma fonte segura de críticas sérias, opiniões coerentes, com coragem, independência e autenticidade.

A equipe de jornalistas deste diário, composta por profissionais da mais alta estirpe, tem dado aos leitores coberturas precisas dos mais diversos assuntos, de economia à política, de interesse empresarial ao esporte, de cultura aos fatos comunitários.

O Dr. Roberto Barrozo Filho, com o seu Jornal, continua dando uma contribuição intensa ao Paraná. O sexto aniversário do "Jornal do Estado" merece as congratulações desta Assembléia Legislativa.

Assim, com a citação de Cláudio Abramo de que "o jornalismo é o exercício diário da inteligência e a prática cotidiana do caráter", apresentamos a justificativa do presente requerimento, apelando aos demais Pares pela aprovação.

REQUERIMENTO Nº 1295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção em Ata de votos de congratulações à GUARDA MIRIM, pela formatura, ontem, de mais uma turma composta de 153 jovens entre 13 e 18 anos.

A maioria dos jovens formados, ontem, já têm mercado de trabalho garantido, sendo encaminhados a órgãos do governo, além da iniciativa privada.

A Guarda surgiu a partir da idéia de Edgar Barbosa Ribas, membro do Lions Clube, preocupado com o aumento de menores que perambulavam pelas ruas da Cidade, vivendo de subempregos e usando drogas.

Em setembro de 1963, era fundada a Casa do Menor Trabalhador, na época, como entidade particular. Logo depois, o então governador Ney Braga tornou-a instituição estadual, como é até hoje. Em 1974, o governo Estadual, cujo titular, na época, era Emílio Gomes, adquiriu o prédio onde atualmente a Guarda está instalada, no Ahú, que passou a chamar-se Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes. A partir de 1986, a entidade passou a aceitar meninas em seus quadros.

Atualmente mantido pela FASPAR (Fundação de Ação Social do Estado do Paraná) órgão vinculado à Secretaria de Justiça, Trabalho e Ação Social, o Centro atende 856 menores em regime de semi-internato, que durante o outro período do dia, estudam em escolas da comunidade. Esses jovens, na grande maioria, provenientes de famílias sem recursos financeiros, recebem cursos de datilografia, auxiliar de escritório e relações humanas. Também faz parte do currículo, cursos de iniciação musical, cerâmica, horticultura, etc. Mesmo após o término do período de 04 (quatro) meses, a maioria dos alunos continuam vinculados à Guarda Mirim, mesmo trabalhando em outros locais.

Dirigida atualmente pelo Professor Francesco Serale, a entidade já formou cerca de 15 mil jovens, desde a sua fundação, sendo que, no presente, 753 alunos estão atuando no mercado de trabalho.

É este, portanto, o voto de apreço, de respeito e profunda gratidão deste Poder pela efetiva e real contribuição que aquela entidade vem dando para a solução da problemática do menor carente, apostando na educação e prevenção, objetivando a minimização de um quadro com perspectivas graves, onde coexiste criminalidade e abandono.

Que da decisão desta Casa, dê-se ciência ao Professor Francesco Serale, diretor da Guarda Mirim e ao Secretário de Estado da Justiça, do Trabalho e Ação Social.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 1262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER voto de louvor ao jornal Gazeta do Povo, Televisão Paranaense Canal 12, Texaco do Brasil e Lufthansa - Linhas Aéreas da Alemanha, pela realização do I Festival de Cinema Texaco-Cidade de Curitiba, a primeira promoção do gênero no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) HOMERO GUIDO

JUSTIFICATIVA:

A realização deste importante evento



cultural, além de assinalar a coragem e visão de seus organizadores, dota o Estado do Paraná de seu primeiro festival de cinema brasileiro, que se realizará anualmente, colocando nosso Estado em igualdade com outras unidades da federação brasileira, que já possuem tradição na realização de mostras competitivas de cinema nacional.

É louvável a idéia do jornalista Alcy Ramalho Filho, que novamente demonstra desejar projetar nacionalmente o Paraná, atraindo o melhor do nosso cinema.

## REQUERIMENTO N° 1278

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, voto de louvor ao Secretário, Dr. René Ariel Dotti, pelo transcurso do 10° aniversário da Secretaria da Cultura.

Deste requerimento, pede-se que seja dada ciência ao interessado, à Rua Ébano Pereira 240, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

Os 10 anos de criação da Secretaria da Cultura, constituem um valioso marco de realizações e esperanças. Graças à brilhante atuação do Secretário, Dr. René Ariel Dotti, grandes conquistas foram obtidas na área da cultura, tanto no plano federal como estadual.

Ampliando espaços físicos ou recuperando os já existentes, intensa programação de eventos, novos concursos e iniciativas de recuperação nacional, demonstrando o elevado espírito de sua atual administração.

Como diz o próprio Secretário, um exemplo fecundo de que a Cultura não é somente a interpretação do homem da vida e do mundo, mas também a razão e o caminho para transformá-los.

## REQUERIMENTO N° 1294

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações, ao Jornal do Estado, pela publicação, diária, de artigos, com crédito do jornalista Roberto Barrozo Filho, e pelo transcurso do 6° ano de fundação do mesmo.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, se dê conhecimento da mesma ao Sr. Diretor-Presidente do Jornal do Estado.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) JOSÉ FELINTO

## JUSTIFICATIVA:

A história hoje, indiscutivelmente, se faz através de meios de comunicação. Pelo avanço deste, podemos medir o grau de evolução de um povo.

O jornalista Roberto Barrozo Filho, através de artigos, publicados diariamente no Jornal do Estado, traz à luz do conhecimento, da opinião pública, reflexões sobre as mais variadas situações e problemas vividos pelo País e pelo mundo.

Através de um enfoque, lúcido, isento de paixão e de um texto primoroso, vem contribuindo para a evolução da imprensa que bem informa. O que, sem dúvida, faz o Jornal do Estado, merecedor do louvor e congratulações daqueles que, legitimamente, representam o povo paranaense. Em especial pelo transcurso dos seis anos de trabalho jornalístico, onde marcou a participação em todos os acontecimentos de interesse da opinião pública paranaense, de forma a conquistar a credibilidade desta, porque informando sempre a verdade.

## REQUERIMENTO N° 1279

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche Nossa Senhora de Fátima de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

A Creche Nossa Senhora de Fátima, de Campo Mourão, é uma entidade que ao longo das últimas décadas tem mantido uma tradição de bom atendimento, eficiência organizacional no atendimento de pessoas carentes de Campo Mourão.

Porém, por motivos de dificuldades financeiras, causadas pela elevada inflação vigente, necessita, atualmente, de auxílio financeiro para continuar prestando relevantes serviços àquela comunidade.

## REQUERIMENTO N° 1280

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Luzia, localizada em Guarani, Distrito de Mamborê.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

## JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Luzia, localizada em Guarani, Distrito de Mamborê, é uma enti-

dade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1281

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Jorge Gomes Rosa Filho, DD. Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche Nossa Senhora de Fátima, de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Nossa Senhora de Fátima, localizada em Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto, em função de defasagem orçamentária, causada pelos elevados índices inflacionários em vigor, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1282

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Pedro Arthur Sampaio, DD. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche Santa Luzia, localizada em Guarani, Distrito de Mamborê.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Luzia, localizada em Guarani, Distrito de Mamborê, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO N° 1230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e ao Ilustríssimo Sr. Presidente da SANEPAR, solicitando das autoridades citadas, providências necessárias no sentido da instalação de sistema de água encanada na Comunidade de Segredo, Município de Guarapuava - PR.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e ao Ilustríssimo Sr. Presidente da SANEPAR, solicitando das autoridades citadas, providências necessárias no sentido da instalação de sistema de água encanada nas Vilas Lerner e Werner, no Distrito de Entre Rios, Município de Guarapuava, neste Estado.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1232

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências no sentido da instalação de uma unidade de ensino do 2° grau na Comunidade de Segredo, Município de Guarapuava, neste Estado.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1250

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Sr. Diretor-Presidente do BANESTADO, Carlos Antônio de Almeida Ferreira, solicitando a instalação da Agência BANESTADO, no Município de São Jorge do Patrocínio.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A instalação de uma agência do BANESTADO no Município de São Jorge do Patrocínio, representa antiga reivindicação da comunidade local, haja vista as necessidades de operações junto a esse estabelecimento de crédito, oportunidade em que, obrigam-se a deslocamento oneroso à cidade, onde existe em funcionamento o BANESTADO.

Há que considerar outrossim, tratar-se de município cuja atividade econômica alicerça-se na agricultura, que depende do plantio e custeio dos créditos oferecidos pelo Banco do Estado do Paraná.

Por considerar de grande importância o acima exposto, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 1251

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das



atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Sr. Diretor-Presidente do BANESTADO, Carlos Antônio de Almeida Ferreira, solicitando a instalação de um Posto Avançado do BANESTADO, no Distrito de Santa Elisa, Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

A instalação de um posto avançado no Distrito de Santa Elisa, representa antiga reivindicação da comunidade local, haja vista as necessidades de operações junto a esse estabelecimento de crédito, oportunidade em que, obrigam-se o deslocamento oneroso à distância considerável até a sede do Município, onde existe em funcionamento o BANESTADO.

Há que considerar outrossim, tratar-se de município cuja atividade econômica alicerça-se na agricultura, que depende do plantio e custeio dos créditos oferecidos pelo Banco do Estado do Paraná.

Por considerar de grande importância o acima exposto, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO N° 1252

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Sr. Diretor-Presidente do BANESTADO, Carlos Antônio de Almeida Ferreira, solicitando a instalação de um Posto Avançado do BANESTADO, no Distrito de Herculândia, Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

A instalação de um posto avançado no Distrito de Herculândia, representa antiga reivindicação da comunidade local, haja vista as necessidades de operações junto a esse estabelecimento de crédito, oportunidade em que, obrigam-se o deslocamento oneroso à distância considerável até a sede do Município, onde existe em funcionamento o BANESTADO.

Há que considerar outrossim, tratar-se de município cuja atividade econômica alicerça-se na agricultura, que depende do plantio e custeio dos créditos oferecidos pelo Banco do Estado do Paraná.

Por considerar de grande importância o acima exposto, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO N° 1276

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam registrados nos Anais desta Casa Legislativa, os artigos "Descaso governamental com o Parque Estadual de Vila Velha" e "Defesa de Vila Velha" subscritos pelos Professores João José Bigarella e Riad Salamuni, respectivamente, publicados à oitava e décima-sexta páginas do jornal Gazeta do Povo, de domingo último.

Requer ainda sejam enviadas cópias deste aos autores dos artigos.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 1258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais desta Casa de Leis, da matéria jornalística publicada sob o seguinte título: "IVAIPORÁ QUER AULAS DE TRÂNSITO E AGROPECUÁRIA EM SUAS ESCOLAS".

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 1268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam formuladas gestões junto ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, solicitando a competente autorização a fim de providências para extensão dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Projeto Gralha Azul, no Município de Ortigueira, com a implantação de mais um projeto, com o objetivo de possibilitar à região uma abrangência total dos benefícios prestados pelo projeto, considerando-se dois aspectos:

1 - A grande extensão territorial apresentada pelo Município;

2 - O estado de carência da população dessa zona rural, somado a outras necessidades, bem como a grande concentração demográfica constatada.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta evidencia-se pela necessidade de oferecer a população moradora do Município de Ortigueira um atendimento maior dos benefícios prestados pelo Projeto Gralha Azul, implantação essa que já acha-se efetivada e em fase de execução. Dessas providências, constatou-se que em vista da extensão territorial do Município, particularmente da zona rural,

somada a grande concentração demográfica, a extensão desses serviços seria da maior valia, como forma a abranger todas as necessidades da população.

Assim, cabe-nos sugerir a implantação de mais um projeto, além do que está sendo desenvolvido, ensejando englobá-lo nas pesquisas e trabalhos ora levados a efeito, com o objetivo de avaliação das prioridades e, dessa forma, atingir as reais finalidades do Projeto.

#### REQUERIMENTO N° 1296

Senhor Presidente.

A Bancada do PSDB na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER seja instalado nesta Casa o Comitê "Vida aos Chineses", conforme documento anexo.

Este Comitê, estará aberto a todas as manifestações de solidariedade e protestos pelas mortes decretadas pelo Governo Chinês, e funcionará nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado, onde receberá as manifestações, e daqui serão encaminhadas ao referido Governo.

A Assembléia Legislativa do Estado dará todo o apoio material para a efetivação da medida.

Requer-se ainda que dessa decisão dê-se ciência a todas as Assembléias Legislativas do Brasil, ao Senado e à Câmara Federal.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(aa) NEREU CARLOS MASSIGNAN, JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, NELSON VASCONCELLOS, HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, PAULINO JOSÉ DELAZERI e RAUL LOPES.

Apoiamento: Valderi Mendes Vilela, Algaci Túlio, Edmar Luiz Costa, Pedro Tonelli, Antônio Annibelli, Lauro Lobo Alcantara, Artagão Mattos Leão, Ezequias Losso, Anibal Khury e Erondy Silvério.

#### COMITÊ "VIDA AOS CHINESES"

Fica criado nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Comitê "Vida aos Chineses", no sentido de mobilizar a opinião pública para, em solidariedade às vítimas da repressão do Governo Chinês, solicitar àquele Governo que evite mais mortes na China.

Bastam os fatos já publicados, onde a morte esteve presente na Praça da Paz Celestial.

Defender democracia não é crime. Matar jovens, estudantes, trabalhadores é matar a vida, o futuro, a democracia.

Não às mortes, decretadas por julgamentos duvidosos.

Este Comitê, está aberto a todo o apoio, através de manifestações que deverão ser encaminhados nesta Assembléia e daqui faremos ciência da nossa indignação ao Governo Chinês.

Façamos a Praça da Paz Celestial digna

de seu nome!

#### REQUERIMENTO N° 1236

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado telex, no sentido de conseguir liberação de verbas para custeio da safra de trigo para o ano de 1989.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado ao Presidente da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura, Governador do Estado do Paraná, Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, Presidente do Banco do Brasil, Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, Senadores e Deputados Federais do Estado do Paraná, dando-se ciência deste a todos os Prefeitos Municipais, Vice-Prefeitos, Vereadores, Presidentes das Executivas dos Partidos Políticos existentes nos municípios da Região Sudoeste do Estado do Paraná e também a Diretoria da Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda. de Pato Branco (PR) e aos demais Jornais, Rádios, Revistas e Canais de Televisão do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### JUSTIFICATIVA:

A agricultura brasileira pode estar iniciando um longo período de crise, em especial a produção de trigo que já se encontra vencida mais da metade da época do seu plantio, o que fere profundamente a atividade, desestruturando-a, levando vários pequenos agricultores ao êxodo rural. É importante lembrar que o fator determinante desta crise vem sendo a preocupação de todos os agricultores, que além de já estarem com mais da metade da época do plantio de trigo vencida, ainda enfrentam o vencimento do prazo de pagamento dos insumos adquiridos e financiados através do Banco do Brasil, e ainda ficam sem o amparo do PROAGRO nesta atividade, todos se lembram da quantidade de pequenos produtores que não puderam pagar os empréstimos bancários. O objetivo de nosso requerimento é de fazer um alerta, no sentido de prestigiar os nossos agricultores brasileiros, em especial os do nosso Estado do Paraná; este alerta serve também para protestar junto ao Ministério da Fazenda e do Ministério da Agricultura, para que libere as verbas para o custeio da safra de trigo para o ano de 1989.

Sabemos que é grande o sofrimento desses agricultores brasileiros, que se preocupam em pôr o pão na mesa desta grande Nação!

Ao Governo Federal alertamos sobre a extensão do grande mal, caso a liberação para o custeio da safra de trigo não seja

repassado a tempo de estimular os produtores desta cultura milenar.

#### REQUERIMENTO N° 1272

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja instalado urgentemente um quartel do corpo de bombeiros para a Cidade de Dois Vizinhos (PR), no sentido de servir o proteger o sudoeste do Paraná.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná; dando-se ciência deste ao: Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos e aos demais jornais, Rádio, revistas e Canais de televisão do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Dois Vizinhos, um dos mais pujantes do sudoeste paranaense, tem urgência em aumentar a segurança dos seus mais de cinquenta mil habitantes. Instalando um quartel do corpo de bombeiros para que o povo duovizinhense possa ter em seu Município mais um eficiente serviço de segurança pública. Dois Vizinhos, uma das maiores cidades do sudoeste do Paraná, muitas vezes, necessita do serviço do corpo de bombeiros urgentemente e não o têm!

Não queremos que o quartel do corpo de bombeiros fique exclusivamente a atender o Município de Dois Vizinhos. Queremos e temos a certeza que será bem aceito pelos municípios vizinhos, que, somados passam de dez no total. A região sudoeste do Paraná conta com poucos quartéis de bombeiros e a cada vez que nosso Município, a nossa região, precisa deste serviço, temos que chamar de outras regiões ou mesmo da Capital paranaense, sabemos que a distância e a demora são os principais inimigos para o resgate com perfeição.

O sudoeste paranaense em especial, o Município de Dois Vizinhos, que tem uma comunidade constituída com mais de cinquenta mil habitantes, está cercada por vários edifícios, indústrias, rodovias federais, estaduais e municipais, rios de grande extensão, lagos, barragens, usinas hidroelétricas, enfim, uma região muito produtiva e com várias culturas desenvolvidas nas áreas rurais, como muitas regiões deste grande Estado. Mas que, lamentavelmente sempre está convivendo com algum fato que torna-se em perdas irreparáveis para as comunidades do sudoeste paranaense.

Diariamente somos testemunhas através dos meios de comunicação de suas atividades que, a cada vez são mais rápidas, modernas e eficazes.

O povo do Município de Dois Vizinhos há muito tempo aguarda que este serviço de proteção à vida, à fauna e à flora seja instalado com todos os equipamentos necessários para levar a garantia de um serviço completo ao referido Município, e a região, que têm diariamente como fator principal, além do progresso, a responsabilidade de garantir a segurança do povo sudoestino.

Sabemos que os acidentes acontecem em todos os níveis sociais, mas quando contamos com um serviço permanente de bombeiros, muitas das vezes poderemos evitá-los.

#### REQUERIMENTO N° 1288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando a viabilização da ligação asfáltica entre os Municípios de Colombo e Bocaiúva do Sul, com o prolongamento de aproximadamente 5.500 m., ou seja, de Colombo a Ribeirão das Onças e vice-versa, completando a pavimentação até a BR-476.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência aos Prefeitos João Dalprá e Acri-des Lazarotto Santos, respectivamente, de Colombo e Bocaiúva do Sul, ao Vereador Luiz Jurandir Batistão de Colombo e aos Presidentes das Câmaras Municipais, Srs. Antoninho Henrique Baldo e Ademir Costacurta, dos Municípios supramencionados, extensivos aos demais nobres Edis desta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ligação asfáltica solicitada pelo Sr. Prefeito João Dalprá e pelo Vereador Luiz Jurandir Batistão de Colombo é de suma importância, tendo em vista que esses 5 mil e 500 metros de pavimentação de Colombo até Ribeirão das Onças, efetuará o acesso a BR-476, ou seja, fará a ligação entre Colombo e Bocaiúva do Sul, facilitando o acesso, o transporte e o fluxo entre os dois municípios.

Tal solicitação pretende-se ao fato de que 80% de matéria prima que o Município de Colombo utiliza na queima de cal vem do Município de Bocaiúva do Sul, e o tráfego é feito por esse trajeto, sendo uma das maiores fontes de arrecadação da área rural de Colombo, além do que a cidade é produtora de 30% dos produtos hortigran-

jeiros que suprem a Região Metropolitana de Curitiba.

Ademais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, essa estrada além de ser utilizada para o escoamento desses produtos, ainda é a única via que interliga o centro de Colombo com Bocaiúva do Sul, pois a outra alternativa é via Guaraituba, que torna o trajeto excessivamente distante, aumentando em aproximadamente 200% a distância a ser percorrida, e naturalmente em consequência disso, há também o aumento do custo final do produto.

Desta feita, tendo em vista a justeza da reivindicação e a importância econômica nela embutida, esperamos contar com a anuência dos demais nobres Pares desta Augusta Casa de Leis para a aprovação desse requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 1226

Senhor Presidente.

O Jornal "Folha de São Paulo" do dia 12 de junho próximo passado, em seu Painel Econômico noticia que o Banco do Estado do Paraná encerrou o primeiro trimestre deste ano amargando um prejuízo de vinte e cinco milhões de cruzados novos.

É desnecessário frisar que tal notícia, se confirmada, provoca profunda preocupação aos cidadãos paranaenses.

Diante do exposto, este Parlamentar REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Antônio de Almeida Ferreira, Presidente do Conglomerado BANESTADO, solicitando, nos termos da Constituição do Estado do Paraná, as informações relativas à notícia publicada.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO N° 1229

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando providências no sentido da instalação de um "posto avançado" daquela instituição creditícia, na Comunidade de Segredo, Município de Guarapuava, neste Estado.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO N° 1235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação GILDA PO-

LI ROCHA LOURES, solicitando sejam determinadas providências para a implantação do Curso de 2° Grau - Educação Geral, no período noturno, na "Escola Estadual Professor Amálio Pinheiro", da Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica a presente moção, apelo feito pela Direção da "Escola Estadual Professor Amálio Pinheiro", através do ofício n° 85/89, endereçado a Srª Secretária da Educação, capeado de Exposição de Motivos, de cujo teor transcrevemos uma síntese:

Imbuída do propósito de bem servir à comunidade, e respaldada pela filosofia democrática que norteia a SEED, visando o pleno desenvolvimento do aluno, a Escola em questão vem se empenhando no sentido de que venha ser concretizada a referida implantação, pelos motivos a seguir expostos:

"1. Nossos alunos convergirão dos núcleos e vilas periféricas a escola, que está localizada em ponto central, entre esses e o centro da Cidade. Esta clientela será formada por elementos que residem e trabalham no próprio bairro os quais, em sua maioria, após concluírem o 1° grau, devido a impossibilidade de harmonizar o seu horário de trabalho com o horário de estudos, deixam de dar prosseguimento aos seus estudos. Este fato tem sido uma constante, principalmente porque a Escola possui 2° grau, no período noturno, está localizada a mais de 4 mil metros da Escola Amálio Pinheiro, que está em ponto central do bairro e para o qual convergem um grande número de linhas de ônibus que, coincidentemente passam no princípio e final de aulas.

2. No que concerne a sua estrutura, dispõe de 11 salas de aula, biblioteca com sala para consulta, sala apropriada para laboratório, sala para equipe técnica, gabinete odontológico e professores habilitados para lecionarem no 2° grau.

3. Outro aspecto a considerar é que o Bairro de Nova Rússia, onde a Escola Amálio Pinheiro está localizada, é fundamentalmente o centro comercial e industrial mais importante de Ponta Grossa, possuindo 5 agências bancárias, e são funcionários dessas organizações que integrarão a clientela do mencionado estabelecimento de ensino, pela facilidade que se apresenta em termos de economia e de tempo para frequentar o curso de 2° grau, no período noturno.

Isto posto, vem o Parlamentar encarecer medidas que venham concretizar a aspiração da comunidade estudantil em apreço.

## REQUERIMENTO N° 1249

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva, solicitando a construção de 01 (um) posto de saúde no Município de Icaraima.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) NILTON BARBOSA

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, tendo em vista que o Município conta apenas com um posto de saúde, o qual, em face do crescimento da demanda tornou-se insuficiente para atender as necessidades da população, haja vista ser esta constituída em sua maioria de pessoas de estrato social de baixo poder aquisitivo, eis que oriundos da zona rural em decorrência de ser economia alicerçada na produção agrícola.

Por outro lado o setor de saúde tem se caracterizado como uma das principais diretrizes da administração local, voltada a melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Por ser de importância ímpar o acima solicitado é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

## REQUERIMENTO N° 1296

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Dr. Delcino Tavares da Silva, solicitando a aquisição de 01 (um) gabinete odontológico no Município de Icaraima.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) NILTON BARBOSA

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pedido, tendo em vista a precariedade de atendimento odontológico à população, a qual - pelas características agrícolas da economia do Município - constitui-se de pessoas de baixo poder aquisitivo, e, portanto, sem condições de acesso a tratamento particular.

Por outro lado, o setor de saúde tem se caracterizado como uma das principais diretrizes da administração local, voltada a melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Por ser de importância ímpar o acima solicitado é que trago tal proposição à

apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

## REQUERIMENTO N° 1271

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente deste Poder à Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, DD. Secretária de Estado de Educação e à FUNDEPAR, gerenciando por obras de reparo no COLÉGIO ALBERTO GOMES DA VEIGA, em Paranaguá.

Os 950 alunos daquela tradicional escola de contabilidade de Paranaguá estão estudando sob ameaça de desabamento do prédio, uma vez que a estrutura do telhado está comprometida com o rompimento das telhas, segundo a professora Célia do Rocio Santos Garrido, diretora do Colégio.

O telhado do prédio, na Rua Mal. Deodoro, cedeu em parte, nas últimas semanas e, sem as telhas, em algumas salas do colégio, não existem apenas goteira, mas, chuva direta. Os professores da escola têm queixas: os cupins já devoraram quase todo o forro, enquanto os ratos e as baratas disputam com os estudantes, a merenda escolar.

Diante da óbvia necessidade de tomar-se providência, em caráter imediato, a fim de garantir a segurança dos estudantes, professores e funcionários daquele estabelecimento, temos certeza de que a Secretaria da Educação não tardará a determinar os reparos necessários.

Que do teor do presente dê-se ciência à Diretoria do Colégio Alberto Gomes da Veiga, à Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 1277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e ao Presidente do BANESTADO, solicitando atendimento as reivindicações dos agricultores do Sudoeste do Estado, conforme telex em anexo, que solicitam que os encargos financeiros das lavouras de soja e milho financiadas com recursos próprios livres, sejam os mesmos das lavouras financiadas com o crédito oficial de custeio agrícola.

Requer, ainda, seja dada ciência do presente à Cooperativa Agropecuária Capanema e aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Capanema, Planalto, Pérola D'Oeste, Realeza e Santa Izabel do Oeste.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 1300

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, gestionando por imediatos reparos na cadeia pública do Município de PARANAGUÁ.

A ação do tempo sobre as instalações da cadeia pública, transformaram o edifício em algo inabitável que coloca em risco não apenas a vida dos detentos mas, inclusive, dos próprios funcionários que ali desenvolvem as suas funções, não se falando, ainda, das edificações ao redor que permanecem ameaçadas, ante a iminência de um desabamento.

Requer-se ainda, reparos na rede elétrica e outros pontos que, se atendidos, servirão para garantir um serviço muito mais eficiente e eficaz daquele departamento público, tal qual os propósitos dessa Secretaria.

Que do teor do presente, dê-se ciência à Delegacia de Polícia, à Prefeitura e Câmara Municipal de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam enviadas correspondências ao Sr. Delcino Tavares, Secretário de Estado da Saúde, ao Sr. Hélio Oziris dos Santos, Delegado Regional do Trabalho no Paraná e ao Sr. Alberto Baccarim, Superintendente da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente, solicitando a edição de esclarecimentos quanto as normas de segurança e sobre os danos causados pelo chumbo no organismo humano; e que após isso, sejam fiscalizados com rigor empregadores e empregados do setor, quanto aos devidos critérios.

Sala das Sessões, em 20.06.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Como justificativa, anexamos ao presente o pronunciamento que fizemos na Assembleia Legislativa no último dia 15 de junho.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N°149/89  
A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário aos Senhores CHAIM LEIB KNOPFHOLZ e JOSÉ T. KNOPFHOLZ, pelos inensuráveis serviços prestados ao Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.89

(a) ANIBAL KHOURY

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste Projeto de Lei que concede Título de Cidadão Honorário, aos Senhores CHAIM LEIB KNOPFHOLZ e JOSÉ T. KNOPFHOLZ, é levado à apreciação deste Douto Plenário, pelo seu pioneirismo no ramo de artigos de viagem da indústria paranaense e sua projeção a nível nacional.

Pioneiros da indústria de artigos de viagem no Paraná os irmãos KNOPFHOLZ, nasceram em Tarpanol, hoje Polônia e na época Império Austro-Húngaro e vieram para o Brasil em 1933, diretamente para Curitiba, aqui fixando residência e, constituindo família, onde abriram loja de consertos e vendas de artigos de viagem, bolsas e manufaturados, a chamada "Bolsa Chic".

Iniciaram no Paraná a industrialização de artigos de viagem, que até então se constituíam em trabalho exclusivo de artesãos.

A IKA teve importante participação na ampliação do mercado de trabalho do Paraná e do Brasil nas últimas 05 (cinco) décadas, já que cresceu proporcionalmente ao desenvolvimento do Estado, empregando hoje mais de 1.700 (um mil e setecentos) funcionários.

O crescimento e expansão da IKA - Irmãos Knopfholz S/A Indústria e Comércio, não cresceu exclusivamente no âmbito do município, mas expandiu-se inclusive para a Cidade Industrial de Araucária, totalizando hoje nove lojas, só no Município de Curitiba.

PROJETO DE LEI N° 150/89

A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1° - Fica criado o Município de IMBAÚ, desmembrado do Município de TELÊMACO BORBA, com os seguintes limites e confrontações:

Começa na ponte sobre o rio Imbaú na Rodovia PR-340, na divisa do Município de Telêmaco Borba com o Município de Tibagi; daí segue na direção Sul-Norte pelo eixo da Rodovia PR-340 até encontrar a Rodovia do Papel, PR-239, por cujo eixo segue na direção Leste-Oeste retomando, em seguida, o eixo da Rodovia PR-340 em sua continuação à Cidade de Ortigueira e, pelo mesmo, seguindo até a ponte existente na referida



estrada sobre o rio Imbauzinho, nas divisas dos Municípios de Telêmaco Borba, Ortigueira, Reserva e Tibagi, até encontrar o ponto inicial de partida.

Art. 2º - Esta Lei estrará em vigor na da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 20.06.89

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Nos últimos anos, o Distrito Administrativo de IMBAÚ, vem apresentando significativo aumento populacional quer na área urbana como na área rural.

Com várias firmas instaladas, centro urbano populoso e produção agrícola, o Distrito Administrativo de IMBAÚ está em condições para ser elevado a categoria de Município.

Os dados referentes para a criação do Município de IMBAÚ, serão posteriormente encaminhados e preencherão as exigências legais na concretização dos anseios dos moradores do Distrito Administrativo de IMBAÚ que aguardam, como nós, que os nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, concedam o necessário apoio ao projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 151/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais A.P.A.E. com sede e foro na Cidade de CLEVELÂNDIA.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei nº 6.994/78 estamos apresentando o projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - A.P.A.E., com sede e foro na cidade de CLEVELÂNDIA, cuja a sede, localiza-se à Rua Major Estevão Nascimento s/nº - CEP 85.539 - C.G.C. 78.686.128/0001-48.

Fundada em 14 de abril de 1.988, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda assistência estabelecida em seus estatutos, contando com o apoio incondicional de todo o seu corpo associativo, principalmente de sua Diretoria bem como de todos os segmentos da sociedade local.

A entidade devidamente registrada no Cartório de Títulos e documentos da Comarca, sob nº 6.738 no Livro nº 02, fls. 53 à 54 sob nº 197, de Registros de Pessoas Ju-

rídicas de 12 de dezembro de 1.988.

Foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 1.192/88 (xerox anexo); obteve o certificado de Filiação na Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais em 11 de abril de 1.989; (xerox anexo);

Seu estatuto por si só, traduz a elevada significância social da entidade, pois define claramente seus objetivos.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais A.P.A.E., de CLEVELÂNDIA, não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas funções, não tem fito lucrativo; não distribui dividendos sob forma alguma e aplica integralmente o "superavit", eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias enumeradas em seu bojo.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente plano de lei, para o qual solicitamos o apoio do nobres Pares.

#### PROJETO DE LEI Nº 152/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA

Art. 1º - A escolha dos diretores de estabelecimentos de ensino público de 1º e 2º graus, regular e supletivo especial da rede estadual de ensino, inclusive os que gozam de autonomia administrativa será efetuada mediante eleição direta organizada na forma da lei.

Art. 2º - A eleição referida no artigo anterior será convocada conforme cronograma estabelecido pela Secretaria de Estado da Educação e mediante editais afixados em locais visíveis no interior do estabelecimento de ensino.

Art. 3º - Poderão ser votados os professores ou especialistas em exercício no estabelecimento de ensino, pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério ou ao Quadro Único do Poder Executivo e que tenham recebido a indicação dos Professores Especialistas e demais funcionários da escola, em Assembléia realizada até sete (7) dias antes da eleição.

§ 1º - A Assembléia constante deste Artigo deverá ser convocada, pelo Diretor do Estabelecimento, até dez (10) dias antes da eleição.

§ 2º - A referida Assembléia poderá indicar até cinco (05) professores ou especialistas para concorrer ao cargo de Diretor.

§ 3º - Não poderão ser votados professores especialistas que tenham sofrido apenamento disciplinar por ato secretarial ou por sua determinação expressa, decorrente de procedimentos legais.

Art. 4º - Será considerado vencedor o

candidato que obtiver a maioria simples de votos e sua designação será feita pelo Secretário de Estado da Educação.

Art. 5º - Após a publicação do ato de nomeação, no Diário Oficial do Estado, o Chefe do Núcleo Regional ou o Inspetor Estadual de Educação, dará posse ao diretor eleito.

Art. 6º - Poderão votar:

I - Os professores e especialistas referidas no Art. 3º;

II - Os demais funcionários estatutários e celetistas em exercício no estabelecimento de ensino;

III - Os alunos regularmente matriculados no estabelecimento, com 14 anos completos ou a completar até a data da eleição;

IV - O pai ou a mãe, ou ainda o representante legal dos alunos regularmente matriculados no estabelecimento e que tenham na data da eleição, menos de 14 anos de idade.

Parágrafo Único - Na hipótese do inciso IV deste Artigo, o voto será apenas, um, independentemente do número de filhos matriculados no estabelecimento.

Art. 7º - Cada votante indicará, através de manifestação pessoal e secreta, um nome dentre os referidos no Artigo 3º e seus parágrafos.

Art. 8º - Da divulgação dos resultados caberá recurso, sem efeito suspensivo, interposto e arrazado por qualquer votante ou candidato, no prazo de 24.00 horas, após o término da eleição.

Parágrafo Único - O recurso deverá ser protocolado junto à Inspetoria Estadual de Ensino, que o entregará à Chefia do Núcleo Regional e este o remeterá ao Secretário de Estado da Educação, para julgamento em única instância.

Art. 9º - O Diretor designado nos termos desta lei, indiciado em sindicância, processo administrativo ou inquérito policial, ou contra o qual tramitar ação penal, poderá ser afastado do exercício de suas funções pelo Secretário de Estado da Educação, por decisão fundamentada na conveniência para apuração dos fatos ou ter, pela mesma autoridade, seu mandato extinto, para resguardo da dignidade das funções.

Art. 10 - Em caso de vacância das funções de diretor, caberá ao Secretário de Estado da Educação designar outro, para a complementação do mandato.

Art. 11 - O mandato do diretor é de 02 (dois) anos, iniciando no primeiro dia útil do ano civil subsequente ao qual se verificou a eleição, admitida uma recondução consecutiva.

§ 1º - Na segunda quinzena do mês de novembro em que se encerrar um mandato, o Inspetor Estadual de Educação deverá pro-

videnciar o processo de votação para o mandato seguinte.

Art. 12 - Não se aplicam as normas desta lei aos estabelecimentos de ensino que contem com menos de 03 (três) professores ou especialistas que preencham as condições do Art. 3º, às escolas com regime de internato e às escolas estaduais da rede pública que funcionam em prédios privados, cedidos ou alocados de instituições religiosas ou civis.

Parágrafo Único:- Na hipótese deste Artigo, o diretor será de exclusiva escolha do Secretário de Estado da Educação.

Art. 13 - O Secretário de Estado da Educação baixará, mediante resolução, as instruções que se fizerem necessárias à fiel execução desta lei.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 20.06.89

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

01 - Embora já exista a lei que regula a eleição de Diretor de Escolas Públicas, com data de 21.11.84, tornam-se necessárias algumas modificações, atualizando e dinamizando o processo.

02 - As primeiras alterações estão contidas no art. 3º e seus parágrafos, que estabelecem as condições para a elegibilidade dos candidatos a Diretor.

03 - É opinião de uma grande parcela dos representantes da classe do magistério de que deveria haver uma espécie de uma prévia eleitoral, entre aqueles que realmente estão diretamente ligados ao processo educacional. Isso explica a realização de uma assembléia de professores, especialistas e funcionários, que anteceda as eleições e permita uma filtragem, um verdadeiro trabalho de purificação quanto aos candidatos que irão se apresentar para o julgamento da comunidade.

04 - A inclusão do § 3º, no Art. 3º, que impede sejam votados professores ou especialistas que tenham sofrido punições, faz parte desse verdadeiro trabalho de seleção prévia quanto aos candidatos.

05 - A separação dos alunos votantes, por faixa de idade e não mais por grau de ensino é bem mais justa, pois havia muitos alunos de até 18 anos ou mais a serem impedidos de votar, enquanto outros de 14 anos, ou menos, se já estivessem no 2º grau poderiam votar.

PROJETO DE LEI Nº 153/89

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido a NELI VIEIRA DA CRUZ GENITORI, viúva do ex-Delegado de Polícia de Cafelândia, JULIO APARECIDO GE-

NITORI, uma pensão mensal no valor equivalente a 01 (um) salário-mínimo de referência.

Parágrafo Único - O direito ao benefício desta lei extinguir-se-á com o casamento da beneficiária.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.89

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Julio Aparecido Genitori prestou serviços à comunidade de Cafelândia, na função de Delegado de Polícia, durante três anos e oito meses. Deixou quatro filhos, sendo dois menores de idade. A pensão mensal em apreço auxiliará sobremaneira no sustento da sua família. Daí acreditamos ser a proposição justa e oportuna, que certamente merecerá o apoio dos nobres pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro Orador inscrito, Sr. Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo que me traz à tribuna é fazer algumas observações a respeito do momento político, não só nacional, como internacional. Antes, porém, eu quero fazer uma observação, pela maneira oportuna, e a rigor eu deveria ter dito isso ontem, mas lamentavelmente por falta de quórum não pude fazê-lo, sobre a iniciativa brilhante do nosso querido Presidente em reunir aqui, em forma de seminário, os Parlamentares desta Casa para discorrer algo a respeito do momento político e econômico nacional.

Vejam vocês o significado, o alcance, o sentido desse tema em que de forma oportuna e maravilhosa, do prezado companheiro e presidente, achou por bem eleger.

De há muito que nesta tribuna vínhamos chamando a atenção da nossa comunidade e dos nossos companheiros para fazer menção da importância de todos nós políticos, a nível, estadual, pelo menos, já que a nível nacional de vez em quando a imprensa acha por bem criticar. Falou-se muito, em pacto, pacto social, pacto levado aos empresários, empregados e ao Governo, e desta feita naturalmente chamou a atenção, o momento nacional para a necessidade de os políticos desenvolverem alguma coisa nesse sentido, capaz de acharem e resolverem esse problema neste momento crucial.

Ontem no Congresso Nacional votou-se alguma coisa no sentido de definir o salário-mínimo no Brasil. Muita polêmica ali se estabeleceu, a ponto de ainda hoje,

nestas primeiras horas deveria ser definido e identificado o valor do salário de todos os trabalhadores.

Mas, amanhã estaremos nesta tribuna para sustentar, até por que já elaboramos um documento neste sentido, pois nosso propósito não é outro senão chamarmos a atenção para a realidade do que estamos vivendo neste Brasil.

Quero na oportunidade de amanhã portanto, fazer algumas observações e comparações com o momento da política nacional. Mas, quero também, num segundo plano fazer uma observação pelo que o nosso líder da bancada do PSDB, o companheiro Nereu Carlos Massignan, alinha um documento onde em moção de apoio, eu e os demais companheiros queremos crer, apresentaremos em solidariedade a uma chamada comovida aos chineses. O que vimos ontem pelo noticiário internacional, aquele estudante que, parou uma coluna de tanques, tomamos conhecimento que a essa altura talvez já tivesse até sido morto. Naturalmente, por uma atitude contrária ao governo daquele país, que tirou a vida de quem clamava por liberdade.

Mas, China, Rússia, Estados Unidos, alguns outros países da Europa, como Bucarest, servido com o apoio ao nosso Deputado Anibal Khury, vimos ontem quando, também, numa greve de usineiros, uma força totalmente repressiva passava por cima até mesmo de soldados que ali estavam à frente para manutenção da ordem. E aqui, neste País vizinho, a Argentina, quero fazer uma comparação, porque neste Brasil graças a Deus, em que pese esse estado de coisas, o momento político, econômico e social, esta a desejar e a oferecer um pouco mais de ordem e tranquilidade ao País, aqui ainda, graças a Deus, não se encontra violência ao nível que estamos assistindo em outros países, tal como: a China, Estados Unidos, Bucarest, Rússia e Argentina. E é em função disso que chamo a atenção para a realidade desse momento da nossa política, econômica e social.

De sorte que, Companheiros, chamo a atenção para esse momento, um momento importante para que nós, com os pés no chão, possamos desenvolver algo no sentido de salvaguardar, que, pode, naturalmente, ser de grande valia, de grande oportunidade para esse querido País.

Amanhã voltarei a esta tribuna para analisar, "de per si", alguns momentos da nossa política econômica e social. Quis, tão somente fazer algum flagrante e observar o momento maravilhoso, em que pese todo esse estado de coisas, por que passa nossa querida comunidade. Mas é preciso que nos unamos para salvaguardar este querido País, afim de que, esse momento democrático - que será eleito o novo Presidente da República, possamos dar a ordem,

a normatividade a este querido País.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PLUGLIESI - Sr. Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas.

(Lê) "Na semana mundial do meio ambiente, comemorada este mês, um grande alerta era dado aos povos: o adiamento de medidas decisivas para a preservação da ecologia pode nos levar a uma catástrofe sem precedentes na história da humanidade.

Esta tomada de consciência ecológica se deu num momento em que a selva amazônica sofre o maior risco de todos os tempos: a devastação, o desmatamento por empresas multinacionais, as queimadas, e as permanentes ameaças de interferência internacional na sua gestão, lançam os olhos para este patrimônio ecológico do mundo, que pertence aos brasileiros.

Nesta semana do meio ambiente, olhamos para o céu temerosos: a camada de ozônio, protetora dos seres vivos no equilíbrio dos gases e dos raios emitidos pelo sol e transformados na atmosfera, está sendo destruída pelo uso indiscriminado dos aerossóis, pela invasão do espaço por objetos estranhos à natureza.

Olhamos para os grandes rios, e vimos, preocupados, o seu assoreamento. Olhamos atentamente ao noroeste do Paraná e vimos as imensas cavas de vossorocas produzidas pela erosão da terra.

Dos polos, sul e norte, vieram as notícias agourentas do seu permanente descongelamento pelo aquecimento da Terra.

Catastróficas imagens de contaminação do planeta por irradiações. A destruição de todas as grandes reservas e matas do mundo e do Brasil, o fim da mata atlântica.

No Paraná, nessa semana do meio ambiente o povo foi às ruas conquistou novos parques e reservas ecológicas, as crianças, milhares de escolares viram a introdução do tema "ecologia" no seu estudo cotidiano, foram as manifestações. Protestos e Comemorações.

O meu pronunciamento hoje se faz em cima da agressão à natureza e quero chamar a atenção de meus companheiros desta Casa para a denúncia que faço agora.

Este clima, no entanto, que chegava em todos os municípios do Paraná, não chegava a Arapongas, a minha cidade, o meu município, porque este clima chegava em Arapongas ferindo aos ouvidos e corações da administração municipal. Pois, nesta semana, na semana do meio Ambiente, o Prefeito da cidade de Arapongas ordenava e iniciava uma devastação na arborização urbana, destruindo o que há de mais vivo e marcante

em Arapongas, o seu verde.

Todas as grandes árvores de Arapongas, que transformavam o centro da cidade num imenso corredor verde, as grandes flamboyantes, os ipês, os ligustruns, foram arrasados pela fúria de quem não conhece e não consegue conviver com a natureza.

Em relação a esta denúncia trouxe aqui fotos para mostrar aos meus companheiros. Vejam, nobres companheiros, o que restou das árvores que existiam nas avenidas de minha cidade! É a destruição do verde por um homem que não tem o comprometimento com o seu povo, o respeito à ecologia.

A cidade de Arapongas, que é a "cidade dos passarinhos", está em protesto. As reprovações do ato do Prefeito atual tiram dos cidadãos de bom senso a reação indignada e que vê parte de si mesmo extirpada do corpo. Pois foi isto que mandou fazer o Prefeito: mutilar, tirar de todas as árvores o seu verde, deixando para seu consolo os grossos galhos quase à altura do tronco, já deformados pelo seu esforço anual de reerguer seus galhos em direção ao céu, e, numa reação da natureza, lançar folhas e flores para a nossa alegria e espanto.

Vejam companheiros, vejam nobres colegas, Senhor Presidente, é o mesmo que tirar do homem seus braços e suas pernas e ele não morre! O homem não morre se fizer isto com ele. E aqui está a árvore decepada, somente com seu tronco, sem nenhuma folha... e há técnicos do ITCF que dizem que a árvore não morre se fizer isto com ela. Também concordo que não morre, porque as árvores têm raízes. Como o homem não morre se extirpamos os seus membros. Mas ela fica mutilada e lutará, com muita dificuldade, para sua sobrevivência. E todos os anos este Prefeito, na sua administração, faz esta mutilação com as árvores! Aqui há fotos que podem comprovar o que estou dizendo.

O que pretende o Prefeito Antônio Grassano com isto? Ninguém sabe.

O fato é que todos os anos de suas gestões são marcados por este gesto violento de quem aguarda o inverno chegar para retirar o abrigo das plantas.

Há polêmica entre os técnicos do ITCF. Há quem defenda antes os automóveis estacionados nas ruas, dizendo que os galhos das árvores, com alguma tempestade, possam cair e afetar os carros estacionados. Ou até um incrível e cinematográfico assalto com a utilização das árvores para a entrada num apartamento pelas janelas. Ou mesmo considero natural que se mutila árvores, afinal, o que interessa para quem não as vê, não as sente, ou sequer percebe que nelas está depositada uma parte de nossa vida?

Mas outros técnicos, como Sônia Machado de Souza, do ITCF de Cascavel, afirma

categoricamente: "as árvores não nascem para serem podadas e o desgalhamento deve ser realizado somente quando há necessidade de se corrigir defeitos de plantio, e, no caso da arborização urbana do Município - que é o caso de Arapongas - é recomendada somente a poda de limpeza".

E, aqui, os senhores vejam que realmente não há poda para limpeza, há destruição e mutilação da árvore.

Ah, que falta nos faz esse tipo de conselho. Ele ser dado e ouvido todos os dias, em muitos município, como Arapongas, onde, somente de 82 a 86, na gestão de Waldyr Pugliesi, as árvores ficaram ilesas da fúria pela sua mutilação.

É inaceitável este paradoxo: a arborização das cidades é uma resposta à necessidade de assegurar a melhoria da qualidade de assegurar a melhoria da qualidade de vida, de manter o clima quente do Norte assegurar o conforto a quem percorre as ruas, garantir a campanha da natureza para quem tem na cidade sua forma de sobrevivência. Cortar as árvores contradiz todo e qualquer discurso sobre o compromisso de lutar pela melhoria do padrão de vida de uma população. A cada árvore cortada, milhares de outras devem ser plantadas: quem consegue entender a dinâmica do pensamento de um cidadão como o Senhor Prefeito, que por infelicidade, dirige os destinos de uma cidade?

Decerto o mesmo pensamento, ouçam bem, companheiros, que o levou a fechar o Teatro Vianinha, Teatro Oduvaldo Viana Filho na gestão anterior. Esse teatro simbolizava a luta pela liberdade e pela democracia, duas coisas com que não se consegue conviver na gestão desse Prefeito. E o mesmo pensamento que levou esse Prefeito a acabar com o Conselho da Condição Feminina, por Decreto, é claro um colegiado de cidadãos vai exercer o seu direito de participação, não poderia estar presente na sua administração.

Só relacionando as ações desse Prefeito para se ter uma luz acerca das suas idéias e das suas ações. Os jornalistas da Região podem testemunhar, pois também são suas vítimas.

Arapongas merece o melhor. Suas matas ciliares exigem a reposição. Suas árvores não podem ser tocadas. Há de se criar espaços para o lazer, o descanso e o convívio.

Com esta denúncia, pensamos em estar alertando e contribuindo para a formação de uma consciência ecológica municipalista. Algo simples de ser conquistado e exercido. Atos corriqueiros que podem fazer parte do dia a dia, é substituir estas condenáveis devastações dentro do espaço urbano. São pequenos aspectos de uma administração municipal, mas que deverão inte-

grar as constituintes municipais a serem instaladas ao final deste ano, mas que fundamentam e refletem um modo de ver e pensar o mundo e a humanidade.

Por isso deixamos aqui o nosso repúdio às ações da administração municipal de Arapongas, e exigimos um fim da crescente devastação".

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE(Aníbal Khury) - Deputado Orlando Pessuti, com a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputado:

(Lê) "Como Deputado Estadual, Coordenador do Bloco Parlamentar Agropecuário, tenho o dever de fazer uso desta tribuna para mais uma vez denunciar de público, a grande afronta que o Governo Federal está fazendo neste instante contra a suinocultura nacional.

Há poucos dias já vínhamos alertando as autoridades Federais, sobre os sérios riscos que incorremos, quando promovemos a importação da carne suína, em detrimento do estímulo à nossa produção interna.

Tivemos a iniciativa de convocar o Bloco Parlamentar Agropecuário, para que, juntamente com as entidades e técnicos relacionados ao setor, pudessemos debater a questão.

Alertamos, nacionalmente, também, do perigo iminente que estávamos a incorrer, pois haviam sólidas informações de que brevemente estaria por chegar ao Brasil, partidas de carne importadas de regiões, cuja proximidade com Chernobí nos traziam sérias e graves ameaças.

Dizíamos, naquela oportunidade, que o Porto de Paranaguá seria a porta de entrada de tal produto no Paraná.

Pois bem, meus caros Deputados: A carne já chegou foi desembarcada, e os "containers" estavam no Porto de Paranaguá aguardando para serem abertos e sua carga seguir diferentes sentidos.

Isto prova, portanto, que nossas afirmativas estavam corretas quando aqui fizemos nossas primeiras denúncias.

Sabemos, de fonte segura que os "containers" foram abertos e amostras de carne foram colhidas para dois tipos de exames ou análises. UM de caráter bacteriológico e outro, de caráter radioativo, cuja amostra seguiu para laboratório especializado no Rio de Janeiro.

Se as nossas denúncias, para não mais servirem, pelo menos alertou as Autoridades Federais, sobre o perigo da entrada no Brasil, de carne que poderia estar contaminada pela radioatividade proveniente do desastre nuclear de Chernobí.

Talvez, Srs. Deputados sem as nossas denúncias e as que se seguiram dos nobres



Deputados desta Casa que, também a respeito da matéria fizeram seus pronunciamentos, deram entrevistas para rádios, emissoras de televisão ou para as redações dos principais jornais, talvez, Senhores Deputados, nem mesmo estes exames que poderão, ou não, comprovar a contaminação radioativa fossem feitos nesta oportunidade.

Aproveito também, o ensejo deste pronunciamento, para dizer a todos os Senhores, e ao Paraná por extensão, que aquela relação de importações e importadores, que antes somavam dezoito mil toneladas de carne suína, hoje já ultrapassam as trinta mil toneladas.

É desta forma que o Governo Federal atua contra a suinocultura paranaense e do Brasil!

A produção nacional de carne suína em 1989 deverá ficar entre 1,05 e 1,10 milhões de toneladas, resultante de um abate de 15,5 a 15,9 milhões de cabeças.

No Paraná, o abate de suínos, nos estabelecimentos com inspeção higiênica e higiênico-sanitária, tem sido inferior àquele observado nos anos de 1987 e 1988. Isto, constata-se com os dados estatísticos, que acusam um abate, nos primeiros três meses de 1989, da ordem de 310.252 cabeças, inferior em 28 e 17% do montante correspondente, respectivamente, a igual período de 1988 e 1987.

Esse quadro de menor abate decorre da crise econômica setorial observada nos últimos dois anos, que provou grande redução de plantéis comerciais.

Abordo e faço questão de citar aos Senhores Deputados, estes dados estatísticos, pois, isto tem muito a ver com o assunto importação de carne suína.

Muitos são os produtores que acreditaram na reação de preços à carne suína no mercado interno que estavam e estão preparando-se para um aumento de produção.

A prosseguir com as importações autorizadas pelo Governo Federal, é bem provável que a maior parte da carne importada, chegue ao Brasil numa época inoportuna, confrontando o abastecimento interno com a oferta de produção de origem nacional.

Caso isto ocorra, e acreditamos que vá ocorrer, novamente o setor suinícola, que começa a reorganizar-se, sofrerá um novo impacto negativo e, talvez, a sua completa desestruturação.

Precisamos, portanto, nesta importante hora, somar os nossos esforços em defesa deste importante setor de nossa produção, sob pena de estarmos patrocinando as futuras crises que por certo a suinocultura paranaense viverá brevemente, se persistir tanta insensibilidade e falta de visão dos homens que comandam a política agropecuária nacional".

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Acabamos de ouvir o pronunciamento do Deputado Orlando Pessuti e queremos dizer, Deputado, que o mesmo que o Governo Federal faz com os suinocultores do Paraná, está fazendo também com os agricultores de soja. Ainda anteontem, quando voltávamos de Maringá, nós deparamos com centenas e centenas de tratores, que impediam a rodovia, para que os caminhões, as carretas de soja não passassem. E ali estava cercada a rodovia.

Nós lamentamos porque os tratores, as máquinas agrícolas que deveriam estar no campo, na terra, trabalhando para aumentar a produção para o progresso do nosso País, tenham que estar fechando as rodovias, impedindo o trânsito e muitas vezes, poderá até ocorrer, coisa desagradável. Porque um caminhoneiro que vem com sua carga, talvez há dias fora do seu lar, seja impedido na rodovia. Isto, de uma para outra, pode ocasionar até uma tragédia, porque este caminhoneiro está trabalhando, lutando para pagar a prestação de seu caminhão, e ali terá que ficar dias ou horas e horas parado.

E o Governo Federal parece que está cego e não vê e não ouve os clamores dos nossos sojicultores, do Brasil e do Paraná. Então, nós lamentamos e pedimos às nossas autoridades federais que vão até o nosso Presidente, ou ao Secretário ou ao Ministro da Agricultura, que estudem o caso dos agricultores do Paraná, que passam por maus momentos, tendo grandes prejuízos na sua agricultura, na sua lavoura.

Eu creio que o Governo vai à televisão e anuncia sua safra "record" todos os anos, mas nem sequer dá uma "mãozinha" aos agricultores. Parece-me que o governo federal é o maior inimigo do agricultor brasileiro, que tanto luta, enfrentando muitas vezes as geadas, sol, chuva demais, seca. Muitas vezes tem até a sua propriedade hipotecada, pagando juros altos. Nada favorece o agricultor. E dentre todas as pragas que prejudicam a lavoura, está aí o Presidente da República, que infelizmente é o maior adversário do agricultor brasileiro.

Uma outra coisa, também, que aqui vai o nosso voto de repúdio é o que vimos hoje, nos jornais, o aumento do salário mínimo a partir do dia 1º de julho, para 150 cruzados novos, ou seja, 112 de salário e 38% de abono. Aí eu pergunto: como ficam os nossos aposentados, com este aumento? Pois, tudo sobe. O custo de vida sobe à cada dia, a inflação está aí galopante. E



o pobre do aposentado, que não recebe este abono? É mais uma "rasteira" que o governo federal aplica em cima dos pobres aposentados, que já ganham uma miséria, que passam fome, necessidades. E agora, o Governo Federal dá mais um "calote", mais uma "rasteira", que é para derrubar e acabar de matar de fome, de frio e necessidade os nossos pobres aposentados, que já trabalharam tanto e contribuíram com o Governo, pagando seus tributos, colaborando com o INPS. E que agora, na hora de receber a sua vantagem, o governo federal a tira, ludibriando os pobres aposentados com este abono ao salário mínimo. Nós lamentamos, repudiamos essa política salarial que o Governo Federal aplica sobre os trabalhadores brasileiros e, principalmente ao pobre aposentado que já tanto contribuiu e agora, depois de velho, que tem a sua aposentadoria à mercê dos seus longos anos de trabalho, mais uma vez é derrubado por uma rasteira do nosso Presidente da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) . Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio, no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para fazer um registro muito importante com relação à figura importantíssima do Estado do Paraná. Trata-se do Dr. Jeronymo de Albuquerque Maranhão. Este homem que prestou um serviço dos mais significantes para o Estado do Paraná. Depois de intensa vida pública aposentou-se na última semana em Curitiba o Procurador de Justiça Jeronymo de Albuquerque Maranhão, que entre tantas atividades que exerceu foi também diretor da polícia civil na época do Governo Jayme Canet. E eu testemunhei neste período quando ainda não era político, mas tão somente homem de imprensa, testemunhei o bom trabalho desempenhado pelo Dr. Jeronymo Albuquerque Maranhão à frente da polícia civil do Estado.

Foi diretor geral também da Casa Civil no Governo José Richa e procurador geral da justiça nomeado em maio de 1985, até recentemente.

Aos 63 anos de idade o Procurador pensa em atuar no campo da democracia através de um escritório de consultoria à imprensa.

Nascido em Manaus - Amazonas, Jeronymo de Albuquerque Maranhão chegou ao Paraná aos 3 anos de idade. Formou-se em Direito na Universidade Federal do Paraná e em 77 foi nomeado Procurador de Justiça. Em dezembro do mesmo ano assumiu a função de diretor da Penitenciária Central. Em dezembro de 83 foi nomeado diretor geral da

Casa Civil quando então era secretário do órgão o senhor Euclides Scalco. E em 85 foi nomeado Procurador Geral da Justiça.

O desembargador foi suplente de delegado, funcionário da Caixa Econômica Federal, promotor público, quando em 52 assumiu interinamente a Comarca de São João do Triunfo.

Foi promotor público e substituto em Palmeiras; promotor das Comarcas de Maréchal Mallet, Morretes, Tomazina, Bocaiúva do Sul, Prudentópolis e Araucária.

Faço menção à carreira, ao trabalho desempenhado pelo Dr. Jeronymo de Albuquerque Maranhão porque vi e vejo nele uma pessoa de inegáveis qualidades, um extraordinário ser humano e que o Paraná deve muito a esse cidadão, muito embora não tenha tido eu ligação política com o Dr. Maranhão, mas reconheço e venho aqui publicamente prestar-lhe esta homenagem através da tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná, como tenho certeza também que esta homenagem soma-se a outros parlamentares desta Casa que conviveram na vida pública com o Dr. Jeronymo Albuquerque Maranhão.

Mas, venho também à tribuna para falar com relação à segurança pública e para dizer Sr. Presidente, Srs. Deputados, que lamentavelmente muito há que se fazer ainda com relação à segurança pública do Estado do Paraná, principalmente na região metropolitana e no litoral do Estado do Paraná.

Ainda ontem visitando a cadeia pública da cidade de Paranaguá pudemos constatar a precariedade das condições em que se apresenta aquela delegacia com constantes fugas em situações muito precárias mesmo para o próprio atendimento à comunidade paranguara.

E o mesmo vem ocorrendo também com relação ao vizinho município de São José dos Pinhais onde fugas e mais fugas ocorrem e onde as condições daquela delegacia, que serve também de mini-presídio apresenta condições das mais precárias.

Quero falar também aqui, em nome de professores e alunos do Colégio Alberto Gomes da Veiga, de Paranaguá, que nos encaminharam solicitação para que fosse feita à Secretaria da Educação e também à Fundepar no sentido de providenciar melhorias naquele Colégio que inclusive está prestes a desabar em cima dos alunos. É uma situação difícil pela qual passa o Colégio Alberto Gomes da Veiga, de Paranaguá, e que a comunidade solicita as providências imediatas através das autoridades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa associa-se às homenagens prestadas pelo Deputado Algaci Túlio ao eminente Pro-

curador Jeronymo Albuquerque Maranhão, que depois de uma brilhante trajetória, no serviço público, aposenta-se. E, a Mesa reconhece como um dos homens públicos de primeira grandeza, neste Estado do Paraná.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando ingressamos no PMDB... gostaria de silêncio, Sr. Presidente. Quando ingressamos no PMDB jamais pensamos que um dia teríamos que recorrer ao poder judiciário para podermos exercer livremente o nosso mandato.

Foi com surpresa que recebemos comunicação da liderança do partido noticiando nosso desligamento entre aspas, não só da bancada, mas, igualmente das comissões desta Casa. Como se não bastasse, a cassação foi mais além, objetivando obstruir nosso trabalho na comissão constituinte.

Entristece-nos sentir que o movimento que transformou no maior partido do país, através de atos impensados de alguns de seus integrantes, tenha assim procedido.

Fazendo política com seriedade, o PMDB nos atraiu para que ajudássemos a eleger o governador Álvaro Dias, jovem que se projeta nacionalmente e depois disso, para que disputássemos a Prefeitura Municipal de Maringá, reforçando a chapa encabeçada por João Preiss.

Nesta Casa, os parlamentares que a integram nos confiaram um dos mais importantes cargos da Comissão Executiva, a Segunda Secretaria, o qual procuramos exercer com eficiência e dignidade.

Nossa atuação parlamentar sempre foi pautada pela presença constante no plenário.

Nesta primeira metade do mandato que nos foi outorgado por expressiva parcela da sociedade paranaense, as estatísticas da Casa comprovam que sempre estivemos entre os mais atuantes.

Jamais permitimos que quaisquer dúvidas pairassem quanto à nossa conduta de parlamentar e de constituinte.

Se passamos a atuar com independência, sem fazer parte do chamado "bloco independente", temos nossas razões, e pensávamos estar amparados pelo Código de Ética do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o qual, em seu artigo 5º, ao enumerar os direitos e garantias de seus filiados, diz expressamente que: "respeitados a Constituição, a lei, o programa e o estatuto, o filiado poderá expressar livremente e sem discriminação o seu pensamento".

Valendo-nos da assessoria jurídica desta Casa, procuramos saber o que dizia o Regimento Interno sobre a possibilidade de "desligamento" de deputado de uma Bancada,

de sua destituição das comissões para as quais fora indicado. Nada se encontrou, salvo que a indicação dos respectivos nomes, caberia aos líderes dos partidos. Mas não cabe a ele desindicar.

Consultamos o Tribunal Regional Eleitoral e recebemos a informação de que inexiste, na Lei Orgânica dos Partidos Políticos dispositivo que autorize a Bancada de qualquer Partido a proceder ao "desligamento" de deputado pertencente à sua agremiação política.

Resolvemos, então, procurar resguardar os nossos direitos.

Com essa atitude, não estamos procurando vitórias ou derrotas, nem querendo encontrar vitoriosos ou derrotados. Estamos, simplesmente, procurando que se faça Justiça.

E a situação atual é constrangedora, tanto para quem se vê condenado sem que houvesse qualquer acusação formalizado, tanto àqueles que o sentenciaram sem que fosse exercido o sagrado direito de defesa.

Passando a analisar as "acusações" transmitidas à imprensa, encontramos como desculpa o fato de que teríamos votado contra o veto do Senhor Governador no Projeto de Lei que tratava do aumento de vencimentos ao funcionalismo público do Estado do Paraná.

Aventou-se, também, a hipótese de que o Projeto de Decisão nº2/89, de nossa autoria, pelo qual o Anteprojeto nº1, da Constituição em elaboração poderia ser modificado, com a inclusão de parte do texto aprovado pelas comissões temáticas, teria, igualmente, sido motivo de descontentamento da Bancada do PMDB.

Analisando nosso posicionamento na oportunidade em que se votou o projeto de lei, que tratava do reajuste de vencimentos dos servidores públicos do Estado, votando favoravelmente a emenda de autoria do companheiro da nossa cidade Ferrari Júnior entendemos que votou coerentemente aquele que se posicionou contra o veto apostado pelo Governador. Entretanto, respeitamos a opinião dos nobres pares.

Tratando-se de votação secreta, como podem saber como votamos? Cédulas marcadas? Adivinhação? Mero palpite?

Ao invés de acusar aqueles que teriam votado a favor, os detratores deveriam, eles sim, justificar porque agiram tão contraditoriamente no episódio do aumento ao funcionalismo...

Quanto ao Projeto de Decisão, basta que se leia o Regimento Interno da Assembleia Constituinte Estadual, para que se note, de imediato, que ele foi elaborado na forma prevista na Emenda nº25 da Constituição, na qual estava prevista uma só Comissão composta por 15 membros, para

redigir e encaminhar o Projeto ao Plenário.

A Emenda n° 28 à Carta Estadual, modificou o parágrafo 1°, do Artigo 160, que passou a ter a seguinte redação:

"Promulgada a Constituição Federal, a Assembléia Constituinte compor-se-á em Comissões, para redigir e encaminhar o Projeto, de acordo com o regimento especialmente criado para elaboração da nova Constituição".

Ora, perguntamos, quais são essas comissões, senão as temáticas?

Como poderiam as comissões temáticas apresentar emendas e subemendas a um projeto inexistente, como está previsto, por notório equívoco, nos incisos I e II, do Regimento Interno?

Note-se que, em momento algum criticamos o trabalho realizado pelo Sr. Relator, Caíto Quintana; em momento algum criticamos o esforço da equipe que o acompanhava. Entretanto, não concordamos com a forma pela qual foi elaborado o Anteprojeto n° I, sem a inclusão de parte dos textos aprovados pelas comissões temáticas, como está previsto no Regimento Interno e na Emenda n° 28 da Constituição Estadual.

Depois de tomar a decisão de nos afastar de todas as comissões, inclusive da Constitucional, a Liderança do PMDB passou a integrar grupo de trabalho, constituído de maneira anti-regimental, para apreciar os pareceres do relator.

Já nos pronunciamos a respeito, adotando uma posição totalmente contrária à intervenção das lideranças nos trabalhos Constituintes, no que diz respeito, principalmente, Srs. parlamentares, à votação da matéria, pois, não se pode conceber delegação de poderes constituintes que devem ser exercidos individualmente pelos parlamentares, que somos nós, eleitos para esta Constituinte Estadual.

Mas, o fato é que os trabalhos pararam no ponto em que prevíamos. A apreciação das emendas em duas etapas pode ser mais racional, ainda que não prevista no Regimento Interno, mas, deve ser procedida com muita cautela, a fim de que todos os Constituintes possam opinar como lhes é facultado.

Representamos uma parcela significativa da sociedade paranaense. Nosso trabalho foi prejudicado, prejudicado no início, pela vedação contida no Artigo 5° do Regimento Interno da Constituinte, quanto à participação dos membros da Comissão Executiva nas Comissões.

Agora, que estamos livres daquela incumbência, aparece uma esdrúxula "cassação", tentando impedir de participar da Comissão Constitucional do momento. Isto é uma violência que tem a forma idêntica àquelas condenadas pelo PMDB por mais de

vinte anos.

Quanto às indicações para as Comissões, queremos esclarecer que, através de eleições passamos a exercer a presidência dessas Comissões. Estamos sendo destituídos da presidência dessas Comissões.

Pode a liderança de um Partido tornar sem efeito a eleição realizada no âmbito de uma Comissão?

Voltamos a afirmar que esses fatos são constrangedores, mas, não podem ficar sem resposta. O sagrado direito de resposta que o PMDB exigiu, exige, fosse respeitado, e que consta do seu programa.

Resposta essa, que pode ser chamada de defesa, direito previsto nas Constituições, na Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e no Código de Ética do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e que nos foi negado.

Como se não bastasse, fomos alvo de punição sem que houvesse qualquer acusação contra a nossa conduta parlamentar, a qual tem sido pautada pelo caminho da independência e da dignidade.

Se aos maus parlamentares, se é que eles existem, não se aplicam punições por atos ilegais, como podemos nos conformar com nosso processo de "desligamento" sumário, resultante de uma reunião convocada para fins diversos?

Mas, podemos adiantar que nada disso vai influir na nossa atuação Parlamentar e na nossa atuação na Constituição do Estado.

Não vamos nos limitar a pedir aprovação das 62 emendas que apresentamos ao projeto de Constituição. Vamos acompanhar os trabalhos, na forma que a Constituição Estadual nos assegura!

Pretendemos lutar pela elaboração de um texto moderno, justo e democrático!

Paralelamente, não vamos nos deixar intimidar por atos como esses, de violência, que, por sua pouca consistência, poderão ser motivo de vergonha ao Poder Legislativo, e, não, aqueles que praticamos em defesa dos interesses da sociedade que nos elegeu, como maldosamente se insinuou pela imprensa!

Temos, todos nós, cinquenta e quatro Deputados Estaduais, um dever a cumprir e não podemos ficar à mercê de intrigas e divergências internas.

Os eleitores que nos elegeram merecem maior respeito, e, só a eles pretendemos dar maiores satisfações no tocante aos nossos atos como Parlamentar e Constituinte.

Não podemos abrir mão de nossa juventude, e, nem deixar que a ela seja imputada, falsamente, qualquer insinuação de imaturidade, principalmente política, pois, o Brasil está entrando numa nova fase, Senhores Parlamentares, na qual a mo-

cidade passa a ter a sua opinião valorizada.

Vamos trabalhar em conjunto, objetivando construir este Paraná a um destino que seja o melhor, em todos os sentidos, para a população que nos elegeu e muito espera da Constituição que está sendo elaborada neste momento.

Todavia, se sofremos ataques, prevenimos desde já, que vamos nos defender, ainda que desagradando a alguns gregos e troianos que transformam uma simples reunião de Bancada num Tribunal onde se julga e condena sem possibilitar o exercício do direito de defesa.

Mas, eu fui para o Tribunal de Justiça e impetrei um mandado de segurança contra o ato da bancada do PMDB, contra a comunicação espúria feita à Mesa desta Assembléia Legislativa - um ato ilegal, de violência, onde sequer tivemos a oportunidade de nos defender - com uma petição com quatro páginas e uma série de fotocópias, de xerox, inclusive da Lei Orgânica dos Municípios e dos Partidos Políticos, do Estatuto do PMDB, que eu nunca desrespeitei, qualquer que seja o partido por onde o Lindolfo Júnior tenha passado, cumprimos integralmente, com fidelidade, mas, ninguém pode me tirar a liberdade de expressar, livremente, a minha opinião e o meu voto.

Porque o Governador Álvaro Dias não veio me pedir para apoiar em 86, veio, posteriormente, me pedir para eleger e dobrar com um Deputado Federal que hoje está no Congresso Nacional. Então, não venham tentar me coagir, porque eu não vou me curvar, porque não desrespeitei o programa do Partido.

Dei entrada ontem, à tarde, neste mandado de segurança e aqui está a resposta do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná fazendo justiça a um jovem Parlamentar que foi violentado, injustiçado e covardemente apunhalado pelas costas pela sua Bancada ou por alguns membros, não quero generalizar.

Está aqui o despacho do Desembargador José Meger que diz o seguinte:

(Lê) Mandado de Segurança N° 107/89 de Curitiba

Impetrante - Lindolfo Luiz Silva Junior.

Impetrado - PMDB - Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Relator - Des. José Meger.

#### DESPACHO

I LINDOLFO LUIZ SILVA JUNIOR, deputado estadual, com fundamento no art. 5° itens II, IV, VIII, XIII, XIV, XXXV, XXXVI, LIII, LIV e LXIX da Constituição Federal, combinado com o art. 27, § 1°, da mesma Carta; art. 12 e parágrafos da Constitui-

ção do Estado do Paraná, e ainda, combinado com o art. 160 da mencionada Carta, além de outras disposições aplicáveis à espécie, impetra Mandado de Segurança contra o ato da LIDERANÇA do P.M.D.B. (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), na pessoa de seu titular, deputado LAURO LOBO ALCANTARA, junto à Assembléia Legislativa do Paraná, que convocou os integrantes da Bancada, para uma reunião no plenarinho, na qual foi deliberado: a) desligamento do Deputado LINDOLFO JUNIOR, como membro da banca; b) a substituição do mesmo, em todas as Comissões Permanentes da Casa, bem como a Comissão Constitucional da Assembléia Estadual Constituinte.

Tenho que os fatos articulados na peça vestibular se apresentam relevantes, justificando plenamente a concessão da liminar, para efeito de SUSTAR, até o julgamento definitivo deste remédio heróico, os atos deliberados pela referida Bancada contra o impetrante LINDOLFO LUIZ SILVA JUNIOR.

Em consequência, DEFIRO o pedido de concessão liminar, a fim de que o citado deputado não venha sofrer lesão irreparável ao seu suposto direito líquido e certo no exercício de mandato parlamentar e do exercício de constituinte.

II - Na forma requerida, cite-se a autoridade coatora - Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, líder da bancada do P.M.D.B., junto à Assembléia Legislativa do Paraná para, no prazo de dez (10 dias, prestar as informações que aprouver.

III - Comunique-se com urgência, através de ofício. Intime-se.

Curitiba, 20.06.89

DES . JOSÉ MEGER  
RELATOR

Eu não queria, Sr. Presidente, ter chegado a esse extremo, aqueles que me conhecem, sabem da minha dedicação nesta Casa.

V. Exa., Deputado Anibal Khury, o único Deputado a se posicionar contra este ato de violência da imprensa deste Estado.

V. Exa., Deputado Anibal Khury, que conviveu ao meu lado, quando era 1° Secretário e Lindolfo Júnior o 2° Secretário, sabe da nossa lisura, da nossa vontade de servir a este Estado, do nosso ideal de servir e não de nos servirmos da política.

Por isso, esta é a resposta que eu queria dar neste momento, no Grande Expediente, à Liderança do PMDB, ao Deputado Lauro Lobo Alcantara, Deputado que tenho o maior apreço, porque o conheço, porque sei também da sua vontade de ajudar este Estado, do seu desprendimento de se candidatar em sua cidade a Prefeito, para ajudar a sua gente, mas que talvez tenha sido até

pressionado para que cometesse tamanha injustiça nunca já vista a um Parlamentar.

Mas nós fomos à Justiça. Conquistamos o nosso direito e iremos até o fim.

Por isso, Sr. Presidente, eu agradeço a minha inscrição no Grande Expediente e dou uma satisfação à Bancada do PMDB, às Bancadas de Oposição e a todo o povo deste Estado que sabe o trabalho sério que temos implementado na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, com a palavra a representação do PMDB.

(DECLINA)

Com a palavra a representação do PSDB. Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentei hoje à Mesa um pedido para se instalar aqui um Comitê para defesa dos condenados à morte na China, daqueles jovens trabalhadores, operários, estudantes, que estão recebendo em julgamento sumário a sentença de morte.

O Comitê se chamará "Vida aos Chineses" e vai funcionar aqui na Assembléia onde estará aberto para receber todas as manifestações da sociedade paranaense no sentido de fazermos o nosso veemente protesto contra o julgamento sumário daquelas crianças, daqueles meninos jovens de vinte e poucos anos que recebem por parte do Governo chinês a sentença de morte em julgamento duvidoso.

A moção tem o seguinte teor: (Lê): - Comitê "Vida aos chineses". Fica criado nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o Comitê "Vida aos chineses", no sentido de mobilizar a opinião pública para, em solidariedade às vítimas da repressão no Governo chinês, solicitar àquele Governo que evite mais mortes na China.

Bastam os fatos já publicados onde a morte esteve presente na Praça da Paz Celestial.

Defender a democracia não é crime. Matar jovens, estudantes, trabalhadores é matar a vida, o futuro, a democracia.

Não às mortes decretadas por, duvidosos julgamentos.

Este comitê está aberto e dará todo o apoio através de manifestações que deverão ser encaminhadas nesta Assembléia e daqui faremos ciência da nossa indignação ao Governo chinês.

Façamos a Praça da Paz Celestial digna de seu nome.

Curitiba, 20.06.89"

Subscrita pela Bancada do PSDB e pela maioria de todos os Líderes dos Partidos aqui representados.

Assim como amanhã teremos uma Sessão

Especial de Defesa da Democracia no Brasil, promovida pelos Partidos Políticos, onde tivemos também fatos em que trabalhadores brasileiros, monumentos que se homenageava trabalhador brasileiro foram destruídos, onde houve assassinatos.

Da mesma forma na China, quando a voz jovem se levantava na praça que leva o nome de Paz e invoca aos céus, lá também vemos pela televisão as imagens as mais doloridas, as mais tristes, onde o sangue jorra como se fosse uma lata d'água derrubada pelos pés de quem está no Poder.

Condenar um jovem de vinte anos que se posta à frente dos tanques, condenar tantos jovens, matá-los na sua esperança da juventude, na sua vontade da busca da liberdade, sem que isto influísse no seu compromisso com a sua Nação Chinesa, é matar toda e qualquer esperança.

Um bilhão de habitantes da China, um bilhão, é um número fantástico. Mas, uma morte num julgamento sumário, duvidoso de uma Corte Militar, dá a dimensão muito mais do que um bilhão de habitantes. Quantos milhões de habitantes chineses não estarão se perguntando hoje, não estarão se indignando hoje, como estamos nós aqui desarmados, desarmados, mas indignados, tentando abrir as portas dos nossos corações, do nosso Parlamento para que aqui cheguem as manifestações de todos aqueles que certamente estão com essa imagem dolorida na sua consciência.

Se esse Comitê conseguir salvar uma vida, salvará um bilhão de habitantes, salvará aquilo que nós tanto lutamos aqui e que lá se luta também, e na Rússia, e na Hungria, e na Polônia, todos os países socialistas, que é o conceito da liberdade, conceito que está impregnado no próprio ser humano como direito natural.

O sistema político lá vigente não está em jogo aqui, está em jogo a vida, está em jogo a dignidade, está em jogo a juventude, está em jogo a concepção de poder porque os poderes não são absolutos. Não gostaríamos de ver daqui a alguns anos como aconteceu na Hungria: reabilitaram o herói da resistência de 1956, que hoje tem estátua no mesmo lugar onde foi condenado e enforcado. Quando acontecerá isso na China se matarem esses jovens? Algum dia irá acontecer.

Tirar uma vida de uma pessoa com 20 anos de idade. Eu refleti muito sobre isso esta noite, eu imaginei de quão solitário, de quão dolorido é para esses jovens receberem a sentença tão rápida assim, matando-os, em nome do quê? Em nome dos governos transitórios? Em nome dos dirigentes transitórios? Matar para quê? Para registrar para o futuro desses dirigentes que um dia esses que hoje morrem receberão a estátua na praça, que vai continuar na Paz



Celestial, e nestes que hoje têm as estátuas e as imagens nas paredes não terão mais a memória do seu povo.

Vamos, Senhores Deputados fazer o máximo da divulgação. Vamos mostrar que aqui no Paraná amanhã se faz uma sessão especial de democracia, vão se somar todas as correntes de opinião pública, mostrar que aqui também queremos que os chineses tenham vida tenham o direito de participar na construção da sua Nação, tenham o direito de viver, que não se faça desses massacres, do massacre anterior a repetição agora com o massacre de tribunais de duvidoso julgamento, porque a História não é duvidosa, a História um dia falará dos dirigentes de hoje e exaltará os mortos que hoje fazem supostos inimigos, mas que amanhã serão os homens que honrarão o nome daquela praça, a Praça da Paz Celestial.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença neste plenário do ex-Ministro e ex-Deputado Estadual desta Casa, Deni Linneu Schwartz. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Esta Mesa registra com satisfação a presença do ex-Ministro Deni Schwartz e o Deputado Federal Max Rosemann.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra a representação do PDT.  
(Declina).

Com a palavra a representação do PFL. Falará o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subscrevemos com quase a totalidade dos Deputados desta Casa, requerimento dirigido a Sua Excelência o Presidente desta Casa, solicitando que, ouvido o Plenário, esta Casa se reúna, apenas no período do processo constituinte, apenas às segundas e às sextas-feiras, ficando as terças, quartas e quintas-feiras de manhã e à tarde, para trabalho da Comissão Constitucional. Todos nós sabemos que a Comissão Constitucional da Assembléia Constituinte, deveria começar, hoje, a votar as primeiras emendas das 1430, e que só não o fizemos, esta Casa não se reuniu, ou melhor, a Comissão Constitucional composta de 26 Senhores Parlamentares, não se reuniu, por falta de som no plenário. Já que no plenário da Casa é impossível fazer-se reunião da Comissão Constitucional, porque não há lugares bastante para que os membros da Comissão Constitucional, possam sentar-se, e com a condição de, pelo menos folhear, portar, as emendas, os avulsos

das emendas, os pareceres do Senhor Relator, Constituição e documentos necessários, legislação necessária para apreciação cuidadosa das emendas apresentadas.

Desta forma, sugiro à Mesa, que providencie a instalação das mesas necessárias, no plenário para que a Comissão Constitucional da Constituinte volte a se reunir, lá, e até lá nós procuraremos fazer aqui no plenário.

Assim sendo, Senhores Deputados, estamos encarecendo e pedindo aos Senhores Deputados para que aprovem o requerimento que fizemos nesse sentido e encaminhamos ao Senhor Presidente, há pouco, e também para desconvocar a comunicação que fizemos, ontem, convocando para amanhã de manhã a reunião da Comissão Constitucional, porque, amanhã, a Assembléia fará reunião de manhã, se aprovado o requerimento que o Senhor Presidente já tem em mãos, para que se aprecie a Proposição n. 29/89 que é veto aposto ao Projeto n. 24/89. Assim, a Comissão Constitucional da Assembléia Constituinte fica convocada para depois de amanhã, quinta-feira, aqui no Plenário da Assembléia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra a representação do PDC.

Com a palavra o Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na semana passada durante a reunião de quarta-feira e mais, especificamente, na reunião de quinta-feira, as Oposições solicitaram que a Bancada do Governo trouxesse a esta Casa melhores esclarecimentos a respeito do Projeto de Lei n. 45/89 relativos aos títulos da dívida pública do Tesouro do Estado do Paraná.

Hoje, fomos convocados pelo Líder do PMDB Deputado Lauro Lobo Alcantara, para uma reunião com um dos assessores da Secretaria da Fazenda. Mas essa reunião foi convocada às 14 horas, começamos a mesma por volta das 14:10, 14:15 e já às 14:30 tínhamos reunião plenária. Mesmo assim chegamos a algumas conclusões, muito rapidamente, com a assessoria do governo. Ocorre que o Projeto de Lei está em votação em terceiro turno e não mais em discussão, não cabendo emendas. Assim, as oposições fazem desta tribuna um apelo à bancada do PMDB e ao Senhor Líder do Governo, Deputado Artagão Mattos Leão, para que seja retirada da Ordem do Dia e desta Casa a Mensagem n. 25/89, capeando o Projeto de Lei n. 45/89, e que se mande um substitutivo a esta Casa na próxima segunda-feira. Se isto não for possível e não for atendido, particularmente votarei con-



tra o Projeto de Lei, porque ainda continuo entendendo que os fatos não foram devidamente esclarecidos a tempo para que pudéssemos fazer um juízo.

Acredito que algumas emendas ...

O Sr. Lauro Lobo Alcantara - Vossa Excelência permite-se um aparte?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - ... melhorariam bastante o projeto. E quero destacar que a culpa pelos desencontros havidos nestas informações não podem desta feita ser imputados à bancada do Governo, ao Líder do PMDB e ao Líder do próprio Governo, porque o Senhor Secretário da Fazenda mandou seu representante apenas hoje, por volta das quatorze horas, quem sabe quisesse até mandá-lo antes, durante o dia, mas tivemos uma série de desencontros com a Constituinte.

Antes de conceder o aparte ao Deputado Lauro Lobo Alcantara, quero cumprimentar e ficar solidário ao Deputado Basílio Zanusso e ao Deputado Caíto Quintana, pelos últimos acontecimentos que impediram novamente a reunião da Comissão Constitucional. Sou testemunha de que todo o esforço está sendo feito, mas há desencontros nesta Casa que precisam ser superados, para que os trabalhos Constituintes ganhem a grandeza que necessitam e que a própria Constituição Federal confere aos Legislativos Estaduais. Se se repetirem fatos como esses de falta de som, falta de local para a reunião, já que nenhuma mesa a mais é colocada no plenarinho, deixo a minha sugestão: a Comissão Constitucional que seja convocada para reunir-se na "Boca Maldita", solicitaremos um som ao Prefeito Jaime Lerner e lá teremos o povo ao nosso lado, espaço e tempo suficientes para votarmos esta bendita Constituição!

Concedo o aparte ao Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara.

O Sr. Lauro Lobo Alcantara - Nobre Deputado Edmar Luiz Costa, uso da palavra neste momento para pedir que Vossa Excelência dissesse para nós, já que tive a interpretação que Vossa Excelência teria diminuído o encontro que tivemos, só quero dizer, sem polemizar, Deputado, que encerramos a reunião quando Vossa Excelência se deu por satisfeito. Quando Vossa Excelência concordando em todas as alterações que seriam feitas, foram proposições de Vossa Excelência.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Permite-me colocar os fatos devidamente?  
(Assentimento)

A reunião foi muito rápida. Havia solicitado duas emendas e, ao final, o assessor da Secretaria da Fazenda levantou a

hipótese que me pareceu a mais correta - e eu disse isto até à assessoria do PDMB, a que deixássemos esta lei única e exclusivamente para alterar o nome dos títulos da dívida pública do Paraná e a forma de remuneração de juros e correção monetária, de acordo com as normas do Banco Central, e não tivéssemos mais este poder dado ao Poder Executivo para lançar os títulos, ou para regulamentá-los, e ainda não destiná-los ao pagamento ou à garantia da dívida fundada do Estado.

Interessante notar que foi o próprio funcionário da Secretaria da Fazenda quem afirmou que esta Mensagem foi elaborada em fevereiro e veio a esta Casa, - e realmente veio em março, quando havia a expectativa do Estado, através desta Lei, conseguir junto ao Banco Central uma autorização para a emissão de dezenove milhões de títulos a fim de serem pagos aos empreiteiros. E ele achava que o problema estava superado e que ele acredita que o Governo Sarney não dará a autorização para a emissão de mais nenhum título.

Ora, se isto é verdade - e eu concordo com ele, não há necessidade das alterações que estão pedindo, a não ser a adaptação do título e a forma de pagamento dos títulos que já estão emitidos.

O Sr. Lauro Lobo Alcantara - Só queria, Deputado, que ficasse bem clara a disposição que tivemos em dialogar. Concordo que foi rápida, que estamos com dificuldade de tempo ... por sinal hoje com a dificuldade que tínhamos acabamos perdendo muito tempo, sem fazer nada ...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Por culpa que não foi nossa, porque estivemos aqui presentes.

O Sr. Lauro Lobo Alcantara - ... não foi nossa, mas quero deixar bem claro que quem veio aqui para discutir com Vossa Excelência foi o Diretor Geral da Secretaria da Fazenda. Veio com a maior boa vontade e continua à disposição.

Quero deixar bem claro porque pode parecer, às vezes, que não está havendo boa vontade e que a coisa ....

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Nobre Deputado, concordo com Vossa Excelência, mas quero que Vossa Excelência concorde com um detalhe.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - (Faz soar os tímpanos).

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, o prazo foi esticado para todo o mundo e solicito mais um minuto.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) A Mesa concede mais dois minutos.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - A reunião foi convocada às 14 horas e começamos às 14:10, 14:30 minutos a reunião em plenário. Difícil de se decidir, mesmo assim, alguma coisa, chegou-se a uma conclusão. Mas, legalmente, impedido de trazer a Plenário.

Um segundo detalhe: lembra-se Vossa Excelência que coloquei uma posição ao Diretor Geral da Secretaria da Fazenda. Ele que deixasse de ser funcionário da Secretaria da Fazenda e que se colocasse na posição do Deputado, pegasse o Projeto que estava sobre a Mesa e a Sessão estava começando, e se conscientemente ele teria condições, com base nos dados que estão no projeto, de votar conscientemente este Projeto de Lei. E ele concordou comigo.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Concedo a palavra à representação do PDS.

(Declina)

PL. (Declina).

PT. (Declina).

PRN. (Declina).

PTN. (Declina).

PTB. (Declina).

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, comunicando seu desligamento da atual Bancada e sua filiação ao Partido da Renovação Nacional. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando seja invertida a Ordem do Dia da presente sessão. - Em vota-

ção.

A Mesa solicita às pessoas estranhas ao Plenário que, por obséquio, ocupem as laterais.

Dezoito Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Havendo empatado, o Sr. Presidente procederá o Voto Minerva. - A Mesa vota contra o requerimento.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

# EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 25/89), que altera os artigos 2º, 4º, 5º, o "Caput" do artigo 7º e o art. 8º, da Lei nº 8212, de 30 de dezembro de 1985. (Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

Sobre o referido projeto, emenda supressiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 45/89

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO

Artigo Único- Suprima-se o Art. 4º, do Projeto de Lei nº 45/89, ficando restabelecida a redação do Art. 4º, da Lei nº 8212, de 30 de dezembro de 1985.

Sala das Sessões em 20.06.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

Apoio:

EZEQUIAS LOSSO

NELSON VASCONCELLOS

NEREU CARLOS MASSIGNAN

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

Em votação a emenda. -

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda de Plenário, queiram conservar-se como estão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)  
Gostaria de saber o teor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) "Suprima-se o Art. 4º do Projeto de Lei nº 45/89, ficando restabelecida a redação do Art. 4º da Lei nº 8212, de 30 de dezembro de 1985."

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão.

Sete (07) Srs. Deputados aprovam a emenda.

Os Srs. Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

Como vota o Deputado Lindolfo Júnior?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sentado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) Sentado não é voto.

Vinte rejeitam. Está rejeitada a emenda.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem).  
Sr. Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) - A verificação foi procedida, lamentavelmente.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu requero chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Para prosseguimento da sessão, chamada nominal. A emenda está rejeitada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Werner Wanderer)  
(Procedendo à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Eu gostaria, Senhor Presidente, de convidar o Deputado Paulo Furiatti para adentrar ao recinto da Câmara da Assembléia, uma vez que ainda se encontra rejeitada pelo PDT a sua filiação, e ainda o mesmo pertence às fileiras do PMDB e há pouco estava conferindo o número dos Senhores Deputados. Então, nós o convidamos para adentrar à Assembléia Legislativa.

Obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)  
Senhor Presidente, eu quero informar ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato que o nobre Deputado Paulo Furiatti já se encontra filiado ao PDT, aprovada a sua filiação por maioria de todos os pedetistas deste Estado. E o nobre Deputado está mal informado. Realmente, o Deputado Furiatti só vai comunicar a sua filiação à Casa, à hora que bem lhe convier e entender, da sua vontade. E não nossa, da Bancada, ou de quem quer que seja.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) -  
Gostaria de informar ao ilustre Deputado Valderi Vilela que eu não estou desinformado. Eu ouvi isso do próprio Deputado Paulo Furiatti.

Muito obrigado.

Vossa Excelência diz que somente o Geara é que estava fazendo oposição.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa considera votado o Projeto em 3ª discussão, número 45/89, tendo em vista que os Deputados que participaram da votação do mesmo, correspondente à emenda rejeita-

da, devem ser considerados presentes.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)  
Senhor Presidente, o Senhor colocou em votação a emenda ao projeto. Nesta emenda nós solicitamos a verificação, a qual Vossa Excelência disse, já, ter havido. Não colocou o projeto em votação. Vossa Excelência poderá recorrer às notas taquigráficas e verificar que não consta que o projeto em si foi colocado em votação.

Então, eu solicito de Vossa Excelência que seja colocado em votação o projeto.

Ainda pela Ordem, Senhor Presidente. O projeto não é votado sempre antes ou depois da emenda?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Em terceira, depois da emenda.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Depois da emenda. Portanto, nós estávamos verificando a votação e solicitamos de Vossa Excelência a chamada nominal quando da votação da emenda.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) -  
Senhor Presidente, Vossa Excelência tem tomado, nessa Presidência, atitudes coerentes.

Em outras votações, Vossa Excelência já agiu desta forma. A emenda ao projeto, evidentemente, que se aprovada faria parte deste projeto.

Então Vossa Excelência tem mesmo que considerar aqueles Senhores Deputados que estavam em plenário e votaram a emenda, deve considerar como presentes para a finalidade de aprovarmos o projeto propriamente dito.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. SABINO CAMPOS - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Nereu Massignan está falando aqui em plenário. Eu acho que ele está presente, não é?  
Seria mais um a contar.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - ...

Eu gostaria que Vossa Excelência fizesse contar a presença do Deputado Nereu Massignan, uma vez que ele está sendo porta-voz daqueles que deixaram o plenário.

Vossa Excelência tem obrigação de vir a sua mesa discutir os problemas da Assembléia Legislativa. Não é ficar acuado que nem cavalo mal atirado, não. Esse não é um comportamento descente de um parlamentar.

O SR. SABINO CAMPOS - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu pediria ao Deputado Nereu Massignan que, pelo menos, já que vem usar os microfones do plenário, que perma-

necesse no plenário ou que se retire ou então, que venha ser assessor do Deputado Valderi Vilela, que acho que é o que resolve.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)  
- Eu gostaria que Vossa Excelência consultasse o 1º Secretário para ver se o Deputado Nereu Massignan respondeu à chamada.

Porque se nós fôssemos analisar todos os Deputados que estão na Casa, veríamos que, também, Deputados do PMDB devem estar na Casa mas não estão presentes aqui.

É uma lógica.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Deputado Nereu Massignan não respondeu à chamada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder nova chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada 27 Srs. Deputados.

A Mesa considera rejeitada a emenda e o projeto está sem número para votação, de acordo com a chamada nominal.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHEITI - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria, não sei porque, ou em que Comissão está parado um projeto do Deputado Algaci Túlio que, inclusive, sofre uma emenda deste Parlamentar.

Desde o ano passado foi apresentado um projeto, nesta Casa, que eu julgo de fundamental importância, e este projeto não é brincadeira. Porque nós que vivemos a área policial, se os Srs. tiveram um carro roubado, vão sentir na carne, a minha questão de ordem nesta Casa nesta tarde.

O Deputado Algaci Túlio apresentou um projeto pedindo do Governo do Estado que publique, em Diário Oficial, uma relação de todas as Delegacias de Polícia que, no final do mês, remetem à Secretaria de Segurança Pública, a relação de veículos roubados que se encontram nas Delegacias de Polícia, servindo como "cabritas", na gíria policial, sendo usadas por policiais.

Eu entrei com uma emenda pedindo ao Governo do Estado que além de ser publicada no Diário Oficial seja publicada nos jornais "Gazeta do Povo", "Estado do Paraná", "Diário Popular", "Tribuna", "Jornal do Estado", "Folha de Londrina", nos jornais de interior, na "Folha de Curitiba", no "Hoje Curitiba", enfim, em todos os jornais do Paraná.

Os Srs. não sabem, Srs. Deputados, que milhares de Delegacias no Estado do Paraná têm carros apodrecendo e muitos pro-

prietários que tiveram seus carros roubados não sabem que seu carro está na divisa de São Paulo, carros roubados aglomerados em Londrina, aqui mesmo na capital, para verificar é só ir na Delegacia de Furtos e Roubos e os Senhores vêm lá televisores, toca-fitas, enfim, este projeto é de fundamental importância.

Então eu gostaria, Sr. Presidente, que este projeto a onde estiver engavetado, pelo amor de Deus, que volte a esta Casa porque é de fundamental importância, e a minha emenda é de importância também, porque nós poderíamos, o Governo do Estado poderia, aplicar uma vez por semana uma página dos jornais, nas emissoras de rádio por cinco minutos e até na própria televisão, meu Deus do Céu, cinco minutos, mostrando os carros roubados que estão espalhados em milhares de delegacias do Estado do Paraná.

Este projeto está engavetado e eu pediria em meu nome, em nome do Deputado Algaci Túlio e em nome da minha Bancada que este projeto voltasse à Casa.

Muito Obrigado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu solicito a esta Presidência, de acordo com o artigo 84, §2º, do Regimento Interno, que dê prosseguimento na sessão, e com nova chamada nominal, recolocando o projeto em 3ª discussão, nº 45/89, que corresponde ao item 1º, da pauta, Sr. Presidente.

Então eu requero que Vossa Excelência realize nova chamada nominal e coloque em votação novamente este projeto de lei já mencionado, de acordo com o artigo 84, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, estabelece o artigo 84 que, tendo quorum, se tiver orador falando e mais coisas, volta-se a votar, deliberar sobre as matérias da Ordem do Dia.

Agora, Sr. Presidente, Vossa Excelência já anunciou que o projeto em pauta, discutido, que é o projeto de Lei nº 45/89, não havia quorum para ser votado. Vossa Excelência já anunciou que no momento não havia quorum.

Nós entendemos, Sr. Presidente, que se houver quorum, poderá prosseguir a sessão com a votação de outros projetos, exceto deste.

Eu gostaria de levantar essa questão de ordem a Vossa Excelência, para que também nós aprendêssemos mais alguma coisa neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

informa o teor do § 2º, do artigo 84: "Não havendo número para votação", que é o caso, "o Presidente anunciará o debate da

matéria a ser discutida, mas logo houver maioria legal para deliberar o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso para se proceder às votações".

A Mesa vai determinar a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, (Pela Ordem)

Eu gostaria também de questionar de Vossa Excelência, qual o destino que deu o projeto de lei de autoria deste Deputado, que fazia reposição salarial aos servidores públicos do Estado do Paraná.

Nós apresentamos este projeto de lei em fevereiro ou março, e até a presente data, Sr. Presidente, não foi dada notícia do andamento do projeto de lei.

Solicito de Vossa Excelência também, providências nesse sentido, da mesma forma que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti reclamava da tramitação de um projeto de lei importante nesta Casa, nós também fazemos esse apelo, para que nós possamos ver os nossos projetos de lei em andamento.

Eu gostaria de solicitar isso de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Valderi Vilela, a Mesa vai tomar as providências necessárias para o prosseguimento dos pareceres nas sessões competentes, bem como do Deputado Luiz Carlos Alborghetti.  
(É procedida chamada nominal)

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, numa questão de ordem, o Deputado Lauro Lobo Alcantara.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Eu declino da chamada nominal, Sr. Presidente, eu peço que seja votada a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência decidiu "ex-offício", a chamada nominal, Vossa Excelência não pode declinar.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Continua a chamada nominal).

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, uma questão de ordem. O Deputado Paulo Furiatti está acompanhando o número, ele está presente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, (Pela Ordem) Sr. Presidente, como Vossa Excelência tem decidido costumeiramente,

nesta Casa, que os Deputados presentes, numa primeira chamada nominal, mesmo que se ausentem de plenário, Vossa Excelência tem considerado, esses Deputados presentes, para efeito de votação.

Esse critério, Vossa Excelência já adotou...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa acusa a presença de 28 Srs. Deputados.

Está em votação o projeto. Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram conservar-se como estão.

Está aprovado o projeto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Na realidade, o erro foi do 1º Secretário.

O Deputado Algacir estava ausente.

O SR. NILTON BARBOSA - Mas não há erro, não; porque a contestação partiu do Deputado Paulo Furiatti, ele está presente porque ele contestou a 1ª Secretaria.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) O erro foi do 1º Secretário. O Sr. 1º Secretário não está certo. Nós podemos errar e, exatamente, todos os Deputados podem errar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa constata a presença de mais de 30 Srs. Deputados.

Está em votação o projeto. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. - Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 81/89, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI, que concede pensão mensal a IRENE TASSI SAVOLDI, viúva do ex-Prefeito do Município de Ourizona, IRINEU APARECIDO SAVOLDI, no valor equivalente a 3 (três) salários mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Tem a palavra, Pela Ordem.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vai-se proceder à verificação de votação ao Projeto de Lei nº 81/89.

A Mesa solicita às pessoas estranhas ao Plenário, que, por obséquio, queiram retirar-se deste recinto.

Em votação o Projeto de Lei nº 81/89.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu solicitei a verificação de votação exatamente para que nós possamos requerer a chamada nominal e os Deputados que votarem neste segundo projeto ou terceiro da Ordem do Dia, possam responder à chamada, conforme constatou Vossa Excelência, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

39 Srs. Deputados presentes.

Em votação a emenda substitutiva, já aprovada em Segunda Discussão.

Os Srs. Deputados queiram conservar-se como estão. - APROVADA.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, esta questão de ordem pode até ser anti-regimental, porque anti-regimental tem sido quase tudo neste Plenário.

Eu quero manifestar meu voto contrário ao primeiro projeto constante da Ordem do Dia, que foi irregularmente votado, por engano ou sem engano, massacrando-se mais uma vez todas as regras.

Lamento dizer que não há o porquê de se permanecer em Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que as manobras sejam feitas tão descaradamente e, ainda, sejam obrigados a ver o Deputado Neivo Beraldin a praticar gestos da pior espécie.

Fica o meu protesto se ele está acostumado com gestos que ele praticou, que continue praticando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa tem pelo Deputado Edmar Luiz Costa a maior consideração, no entretanto, não aceita suas palavras ofensivas, porque agiu corretamente.

A Bancada da Oposição é que retornou ao Plenário e deu o número suficiente para que se aprovasse o projeto.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) Sr.

Presidente, se alguém praticou manobras nesta sessão, não foi, Sr. Presidente, a Bancada do PMDB e muito menos Vossa Excelência.

Vossa Excelência tem dirigido os trabalhos deste Poder com a competência que lhe é peculiar, com muita dignidade, muitas vezes até decidindo de forma contrária aos interesses de nossa Bancada, mas decidindo sempre como magistrado.

Por outro lado, Sr. Presidente, não podemos aceitar em hipótese alguma, as pa-

lavras que o Deputado Edmar Luiz Costa desferiu ao ilustre companheiro Neivo Beraldin, um Deputado sério, que tem pautado sua conduta nesta Casa com muita dignidade e Vossa Excelência, Deputado Edmar Luiz Costa, ultimamente anda com raiva do mundo, então Vossa Excelência vá descarregar a sua raiva em outro setor.

Em setores que Vossa Excelência mande e que Vossa Excelência domine, mas não venha desrespeitar o seu companheiro de Bancada.

Nós nunca o desrespeitamos, Deputado Edmar Luiz Costa.

Vossa Excelência tem obrigação de respeitar o seu companheiro nesta Casa e eu, como Líder desta bancada, não posso admitir tamanho disparate por parte de Vossa Excelência.

Vossa Excelência, Deputado, está caindo dia a dia.

Eu peço a Vossa Excelência que nos respeite, Sr. Deputado. Nós queremos respeitá-lo. Nós queremos e devemos respeitá-lo, mas Vossa Excelência respeite os nossos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) A Mesa determina ao Serviço de Taquigrafia que expurgue as palavras ofensivas do Deputado Edmar Luiz Costa, com relação a esta Presidência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - E o gesto do Deputado, como é que se faz, nobre Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Fica com Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência é o Magistrado do Poder.

Vossa Excelência, assim como reprime o Deputado Edmar Luiz Costa, mandando retirar dos Anais a Casa as palavras por ele usadas, da mesma maneira deveria agir com relação ao Deputado Neivo Beraldin.

Nós, em solidariedade ao Deputado Edmar Luiz Costa, nos retiramos do Plenário, usando as mesmas palavras dele.

A questão ética e a questão moral devem prevalecer, principalmente no Parlamento. Se houver ética, se aqui não houver moral, não há parlamento.

Nós estamos solidários com o Deputado Edmar Luiz Costa, e em razão disto, nos retiramos do Plenário.

O SR. NEIVO BERARDIN - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Um momentinho.

A Mesa quer saber do Deputado Nereu Massignan, qual foi a ética ferida aqui, e



O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Nobre Presidente, Vossa Excelência, quando eu interpelei a respeito do gesto do Deputado, que não são das minhas palavras e sim do Deputado Edmar Luiz Costa. Vossa Excelência coloca em dúvida, inclusive, as observações do ilustre Deputado e Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Não falei no gesto. Falei em expurgar as palavras ofensivas, como determina o Regimento Interno.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, a questão de ética e da moral não é dirigida à Presidência da Casa em absoluto. É o fato levantado pelo Deputado Edmar Luiz Costa, por nosso ilustre Parlamentar.

A minha solidariedade em relação a ele...

O SR. NEIVO BERALDIN - Gostaria de perguntar qual o fato.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - O questionamento não é em relação à Mesa, nobre Deputado Anibal Khury.

Digo isto para registrar nos Anais... (vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Eu desejo, como Presidente desta Casa, que dêem ao Deputado Neivo Beraldin o direito de se defender.

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar ao nobre Deputado Edmar Luiz Costa qual foi o gesto e qual foi a palavra que o tenha desagradado.

Eu tenho me perguntado por muitas e muitas vezes, tenho observado o comportamento do Deputado Edmar Luiz Costa. É um homem revoltado com a vida.

Sr. Presidente, eu gostaria de saber do Deputado Edmar Luiz Costa qual foi o gesto ou a palavra que tenha ofendido? Gostaria porque, sinceramente, desconheço.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury)

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 323/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que cria o Distrito Administrativo de Casa Branca, no Município de Xambê, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 324/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que cria o Distrito Administrativo de PINDORAMA, no Município de Xambê e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 326/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que cria o Distrito Administrativo de ELISA, no Município de Xambê, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 325/88, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ARIOSTO DA RIVA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 48/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 31/89), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tomazina um imóvel urbano, que deverá abrigar órgãos da Prefeitura Municipal e outros órgãos públicos do referido Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 54/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA ESTRELA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 85/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESUTTI, que concede pensão mensal a Senhora CARLA MONTANI PEREIRA, viúva do ex-Prefeito do Município de São Pedro do Ivai, Aloísio Alves Pereira, no valor equivalente a 3 (três) salários mínimos de referência. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 87/89, de autoria do Deputado PEDRO TONELLI, que declara de Utilidade Pública a Comissão de Proteção ao Meio Ambiente de Cêu Azul, com sede e foro no Município de Cêu Azul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 15/89 (Mensagem n° 23/89, ex-Proposição n° 24/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 28.12.88, entre o Estado do Paraná, coadjuvado pela Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a União, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, com a interveniência do Ministério da Saúde, do Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, objetivando a execução de Ações Experimentais em Saneamento Rural no âmbito do Programa Estadual de Saneamento Rural do Paraná. - Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 16/89 (Mensagem n° 27/89, ex-Proposição n° 25/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios e termos aditivos celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios, datas e objetivos que especifica. - Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 17/89 (Mensagem n° 28/89, ex-Proposição n° 26/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especifica; e ainda os termos aditivos a convênios celebrados em 19 de outubro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Ministério da Agricultura, cujos objetivos encontram-se adiante mencionados. - Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 117/85, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sacerdote LEONARDO BOFF, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, por unanimidade. -

Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 75/88, de autoria do Deputado FERRARI JUNIOR, que cria o Distrito Administrativo do VALE AZUL, no Município de Sarandi-PR, com divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 162/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A. e C.E.M.A., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 54/88, de 08.06.88).

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 18/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 29/89, ex-Proposição n° 27/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e os Municípios que especificam, todos objetivando a aplicação de recursos financeiros oriundos do Convênio EPTU/BIRD IV, com vistas à aquisição ou reparos em equipamentos para manutenção do Sistema de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 19/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 36/89, ex-Proposição n° 28/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 12.10.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os o Município de Iretama e aprova também os termos de revigoramento datados de 25/11/88 e 06.12.88, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e os Municípios de Cafelândia e Prudentópolis, objetivando a conclusão de prédios destinados às agências de rendas locais. - Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 21/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 47/89, ex-Proposição n° 33/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 31.01.89, entre o Estado do

Paraná, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Projeto de Produção de Alimentos em Panificação e Pastifício. - Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela ordem)  
Sr. Presidente, com relação ao projeto nº 162/88, existe junto à Mesa um requerimento de minha autoria, pedindo a retirada do mesmo por 10 sessões, para que possamos estudá-lo, e esse meu requerimento não foi votado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) O projeto está em fase de votação e não pode ser retirado da Ordem do Dia.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Perfeitamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento nº 1264, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1263, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1266, de autoria do Sr. Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1289, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1227, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1224, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1225, de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1287, de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1285, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1286, de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1233, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - Aprova-

do. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1226, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1236, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1247, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1229, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1292, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1295, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1288, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1230, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1231, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1232, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1235, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1249, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1250, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1251, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1252, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1256, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1258, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de nº 1259, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1260, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1262, de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1267, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1268, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1269, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1270, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, com apoio do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1300, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1271, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1272, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1273, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1274, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1275, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1276, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 1277, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Le-

gislativa:

Requerimento de nº 1278, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1279, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1280, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1281, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1282, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1293, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Antônio Bárbara, David Cheriegate e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1294, de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1296, de autoria dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Rogério Carvalho e demais Senhores Deputados, com apoio de diversos Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

#### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Volto a persistir em meu nome, em nome, que me desculpem a ausência, do Deputado Algaci Túlio. Eu acho que todos têm o direito de apresentar projetos, emendas, seja do PMDB, do Partido Trabalhista Brasileiro, do PRN, do Partido Liberal, de tantos outros partidos que chegam a esta Casa. Um projeto quando apresentado, acredito eu com o pouco tempo de vida parlamentar que tenho, se ele é apresentado é porque alguma coisa está indo ao encontro da família. E foi apresentado um projeto nesta Casa, já consultei a CCJ, e o Deputado Algaci Túlio já deve estar tomando as devidas providências para que esse projeto, para o qual tenho uma emenda que eu

acho de fundamental importância, que é o seguinte: o projeto visa, se o senhor tem um carro roubado, o senhor vai à delegacia, registra a queixa, vai para o boletim de ocorrências, o delegado da Furtos de Veículos. Um exemplo, na capital tem a Delegacia de Furtos de Veículos, no interior já não existe, em Londrina, um exemplo, vai para a Delegacia de Furtos e Roubos, e a "papeleta" é entregue. A papeleta na gíria policial é o - B.O - é entregue a um tira, um agente da polícia e esse agente da polícia, com poucos recursos que tem, vai procurar o seu carro roubado. Se você tem seguro você está guarnecido, se você não o tem, você perdeu alguns milhares de cruzados no seu carro.

O projeto visa o que: o projeto do Deputado Algaci Túlio visa que todas as delegacias de polícia, seja da capital, do interior, de Campo Mourão, de Maringá, - de todos os municípios -, uma vez por semana passem um relatório, dos carros que são recuperados à Secretaria de Segurança Pública, e a Secretaria Pública em Diário Oficial. É um projeto de suma importância Senhores! E eu entrei com a emenda não só para o Diário Oficial, eu entrei com uma emenda pedindo ao Governo do Estado do Paraná, que compre, pague: no "Estado do Paraná", na "Tria do Paraná" que é um jornal policial, no "Diário Popular", na "Folha de Londrina" na "Gazeta do Povo", no "Correio de Notícias", em todos os jornais, publique, Deputado Namir Piacentini, a relação dos veículos que foram recuperados em milhares de Delegacias de Polícia. Porque lá no Porto Charles Naufal, quando é preso um carro roubado ele vai para a Delegacia de Sertaneja. E ele é colocado, Deputado Lindolfo Júnior, no fundo da delegacia. Chove, faz sol e apodrece o carro. Ou, em Paranavaí na terra do Deputado Eduardo Baggio, o carro vai lá para o fundo é usado como "cabrita" na gíria policial. Os próprios policiais que não têm viaturas, usam os carros recuperados, para o serviço policial, que não pode ser feito.

Então o que nós estamos pedindo ao Governo, meu Deus do Céu? O que nós estamos pedindo? Se o seu carro, Deputado Namir Piacentini, for roubado e for a São Paulo, uma vez por mês a "Folha de São Paulo" publica a relação dos carros roubados no Estado de São Paulo e do Brasil. Você pegando a "Folha de São Paulo", abre o jornal e vê lá: Passat, ano tal, chassis... Se você está aqui e lê o jornal, você fala: - puxa, o meu carro está em São Paulo, na Delegacia tal, na rua tal... você pode se locomover. Telefonar. Embaixo tem os dados, os telefones que você tem que usar.

Mas iria mais além, ainda. Por que não pagar uma vez por mês à Rede Globo, à Rede

Bandeirantes, ao SBT, à Rede Manchete, um pequeno espaço para que o telespectador se ligue naquele momento? - Bom, hoje é o dia, vai sair no "Jornal das Sete". Na Globo vai sair no "Jornal do Sistema Sul de Comunicação". Ou no "Jornal do Paraná", ou no "Jornal do Meio-Dia" na Iguazu. Então a pessoa se liga. O locutor aparece e diz: Atenção, carros recuperados à disposição dos senhores proprietários. Cidade: Londrina. Carro recuperado: Passat. Cor: tal... O locutor sai dando a relação dos carros roubados. Se existe em São Paulo, por que não existir no Paraná?

As emissoras de rádio, vejam o quão importante é o projeto que desde o ano passado não vem para o plenário para discutirmos, analisarmos, trocamos idéias. Estes projetos não podem ter cor partidária. Não é porque o Deputado Algaci Túlio seja do PDT. Ou eu seja do PRN. Ou o Deputado José Alves seja do PTB. Ou o Deputado Ezequias Losso seja do PL. Ou o Deputado Lauro Lobo Alcantara seja do PMDB. São projetos que vão ao encontro da comunidade, meu Deus! É fácil analisar! Tem que parar com este negócio de inconstitucionalidade neste País! Parar com este tipo de concreto que barra, - não, isto é inconstitucional. Isto não pode ter!

O Deputado Algaci Túlio fez um projeto tão importante no Diário Oficial! Então pedi ao Deputado Algaci; - vamos aumentar isto aí. Vamos colocar nos jornais.

Recebi um telefonema da minha equipe de reportagem dizendo que no Porto de Charles Naufal tem lá mais oito, dez carros parados.

Ora, e apodrecendo!

Então, o por quê?

Falei para o Barbosa, pedi para ele, um funcionário meu: - vá lá, pegue a cor do carro, o número do chassis e eu vou dar este recado na televisão. E eu vou pedir a outros companheiros da imprensa que dêem este recado para que apareça o proprietário. Porque, às vezes, tem um cidadão que demorou, suou para comprar um carro. Lutou a vida inteira para ter um veículo. E o carro é roubado. Às vezes é recuperado. É apodrecido, às vezes, na Delegacia de Jandaia. Ou em qualquer outra delegacia deste Estado.

Gostaria, Sr. Presidente, que este projeto voltasse, viesse a este plenário. Vamos debater este projeto do Deputado Algaci Túlio. Vamos debater a minha emenda. O que eu peço nesta emenda, Deputado Eduardo Baggio? Peço que o "Estado do Paraná" publique, que a "Gazeta do Povo" no domingo publique, que a "Folha de Londrina" publique, que o "Hoje, Curitiba", todos os jornais, publiquem a relação dos carros roubados.

Dou um exemplo aos Senhores. Venham

comigo. Vamos visitar a Delegacia de Furtos e Roubos da Capital. Uma delegacia que é uma vergonha. É um desrespeito a Delegacia de Furtos e Roubos da Capital! O senhor entra numa sala, Deputado Eduardo Baggio, parece que o senhor está entrando dentro de uma loja. O senhor vê num setor televisores. Em outro, toca-fitas. Em outro, aparelhos de som. O senhor vê, eu passo na televisão, eu falo: será que o Vereador Carlos Roberto Massa está filmando de uma loja? Não. É na Delegacia de Furtos e Roubos. Ali tem televisores de todos os tipos, recuperados pela Polícia, para serem entregues aos proprietários. Mas às vezes apodrece o televisor, o toca-fitas, o aparelho de som. O proprietário muitas vezes sente receio de ir à delegacia de polícia. Às vezes chega lá e não sabe a quem procurar. Há falta de orientação. Eu procuro orientar através da imprensa. O Deputado Algaci Túlio faz através da imprensa. O Deputado Algaci Túlio faz através do seu programa, o Deputado Pirajá Ferreira faz através do seu, e outros. Não vamos falar da crônica policial. Porque se você tem um televisor roubado na sua casa, a maioria que tem um televisor roubado está pagando a sua prestação. Pois ninguém tem o dinheiro para chegar e dizer: dá-me um televisor "zero" aqui. Paga e leva. Então, está pagando. E como existe o receptor, existe o ladrão; como existe o traficante, existe o dependente de drogas. Então, é uma corrente.

Por isto, nesta minha divagação hoje, nesta tarde, gostaria, Senhor Presidente, que o projeto do Deputado Algaci Túlio que pede no Diário Oficial, eu tenho a minha emenda que peço que o Governo gaste, não o dinheiro dele, mas do povo do Paraná, e é um dinheiro que será muito bem investido, Deputado Eduardo Baggio, Presidente desta Casa, Senhores deste Parlamento. É um dinheiro bem investido nós publicarmos em jornais, na "Folha", na "Gazeta", no "Estado do Paraná", ou na "Tribuna" que é um jornal praticamente que vive a crônica policial, o "Diário" também vive a crônica policial. Então eu queria que este projeto voltasse à Casa. Não só o meu, não só este do Deputado Algaci Túlio ou que seja de outros que tenham aqui. O importante, Senhores, é que é um projeto de fundamental importância e que irá caminhar ao encontro da comunidade.

Convido os Senhores novamente. É só os Senhores percorrerem as delegacias do interior. Podem ir à Maringá. Os Senhores sempre verão dois, três carros recuperados e os policiais usando os carros para fazerem serviços da delegacia. Não é a lei! Não é permitido! Se o carro é recuperado ele tem que ficar guardado, não num cemitério de carros, publicar no Diário Ofi-

cial, publicar nos jornais de grande circulação e também nos programas de grande audiência nas emissoras de rádio, e nos programas de horário, por exemplo, na "Globo" às 7 horas da noite, uma vez por mês. O Governo paga para sair lá a relação dos carros roubados. No SBT, no "TJ" Paraná, na Bandeirantes, no "Jornal do Paraná", no Sistema Sul de Comunicação, no "Jornal Local".

É um apelo! Não sei se é muito o que estou pedindo. Mas é um projeto importante, Senhores, importantíssimo! Talvez os Senhores não tiveram um carro roubado. Mas o dia em que os Senhores tiverem um carro roubado e chegarem numa delegacia, e entrarem na delegacia e disserem: fiquei sabendo que o meu carro está aqui. O Senhor entra no pátio e o seu carro está apodrecendo. Então o senhor pergunta: "há quanto tempo o meu carro está aqui?" "Ah, nós encontramos o seu carro aqui na"....

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) (É retirado o som). ...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu já vou encerrar. Só faz um ano. Qual é a sua revolta?

Mas porque não me avisaram? Aí o policial vai dizer: "Nós não sabíamos de quem era o carro". Agora se tivesse publicado no jornal e o Senhor recebesse o jornal de manhã, Deputado, o Senhor ia ler e iria falar: "meu carro está no Município de Cianorte, está no Município de Maringá, ou está no Município de Londrina, ou está em Guarapuava ou está em Paranaguá.

Então é isto; Eu acho que é um projeto de fundamental importância, eu vim para esta Casa, com uma série de sonhos estou colocando os meus sonhos no papel. Esse projeto do Deputado Algaci Túlio, é um sonho importantíssimo, Deputado Eduardo Baggio, a minha emenda é um outro sonho importantíssimo, inclusive eu anexei na minha emenda, recortes de jornais que já publicam isso, e eu gostaria que esse projeto voltasse, viesse o mais rápido possível.

Vamos desengavetar, vamos trazer tudo para o plenário. O plenário é soberano; aqui nós vamos decidir, se aprova ou se não aprova. Se aprovou; se o Governador quiser vetar, nós vamos decidir se derrubamos ou mantemos o veto. É isso que eu gostaria, é esse o meu desabafo nesta tarde. Muito obrigado, Senhores Deputados, pela paciência que tiveram comigo.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência agradece ao nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, e solicita à Assessoria desta Mesa para que se coloque esse projeto de lei na pauta do dia o mais



Esta Presidência também tem a honra de comunicar a presença neste plenário do Vereador José Losso Filho de Guarapuava. Muito nos honra a sua visita nesta data, aqui neste Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para amanhã, dia 21, às quatorze horas, uma sessão especial destinada para debater o momento político brasileiro, a consolidação da democracia e o combate a todas as formas de terrorismo.

Marca ainda, para quinta-feira, dia 22, às quinze horas, uma sessão solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor João Zenon de Ferreira Bandeira.

Marca ainda, para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, uma sessão Ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 81/89

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns, 323, 324, 326/84, 325/88, 48, 54, 85 e 87/89

e dos Projetos de Resolução ns. 15, 16, 17/89.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 117/85, 75/88 e 162/88

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução 18, 19, 21/89

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 137/89

e dos Projetos de Resolução n. 32, 34/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 20 DE JUNHO DE 1989.

#### "DEFESA DE VILA VELHA"

A transferência da administração do Parque Estadual de Vila Velha do estado para o município de Ponta Grossa, anunciada para quarta-feira, é vista com preocupação pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, Riad Salamuni. Como geólogo pós-graduado nas universidades de Miami e Northwestern, Salamuni disse temer a dificuldade que o município poderá enfrentar

para garantir a fiscalização e a conservação de todo o parque, tarefa difícil até mesmo para o governo estadual. O reitor, que é natural de Ponta Grossa, afirmou confiar na capacidade e esforço da administração da cidade: "O fato é que um parque tão importante do ponto de vista científico e turístico merece o máximo de proteção, considerando a fragilidade dos arenitos e a ação do homem. O que não podemos ter certeza é de que o município poderá dispor de todos os recursos materiais e científicos para garantir a preservação de Vila Velha.

#### ORIGEM DE VILA VELHA

O trabalho do professor Riad Salamuni em Vila Velha começou em 1953 e durou 16 anos. Liderando uma equipe de pesquisadores, dedicou-se a estudar a formação dos arenitos e de toda a região do segundo planalto, obra que foi reunida em várias publicações. Nos estudos, Salamuni explica que as formas de Vila Velha se devem principalmente à ação climática em uma fase desértica. O sul do Brasil já passou por quatro diferentes fases, entre desérticas e úmidas, caminhando agora para uma nova etapa desértica. As evidências indicam também que a região de Vila Velha foi mar e posteriormente local de grandes geleiras. Os aspectos atuais, com formas de ruínas, testemunham um período de grandes alterações climáticas. Por isso, mais que valor turístico, tem enorme valor científico.

#### PRESERVAÇÃO

Sobre a preservação o reitor afirma que poderia ter sido mais eficiente. Argumenta que são formações frágeis e expostas a milhares de visitantes, com dificuldade de fiscalização. A solução estaria em uma fiscalização eficaz e punições rigorosas para os infratores. Hoje os sinais de depredação são bem visíveis em vários pontos e houve época em que até a intervenção oficial contribuiu. Sobre a formação de Furnas, também em Vila Velha, explicada por leigos como resultado de impacto de meteoritos, o professor Riad Salamuni tem outra explicação: as pesquisas comprovaram que as grandes e profundas crateras têm origem em vários fatores: elas estão alinhadas sobre fraturas geológicas, numa região de arenitos com estratificação cruzada. Com a mudança climática, as águas subterrâneas se alteraram, tornando-se mais alcalinas, a ponto de lixiviar o cimento silicioso do arenito. Dessa forma, as furnas representam o resultado de desabamentos doliniformes, em função das estruturas e das modificações no PH da água subterrânea. Sobre este tema a Universidade Federal do Paraná está publicando agora um trabalho específico sobre Furnas, do geógrafo Olavo Soares, com resultados de pes-

# "DESCASO GOVERNAMENTAL COM O PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA"

JOÃO JOSÉ BIGARELLA

Alguém, pessoa de Ponta Grossa, não importa o nome, telefonou-me preocupada com "eventos alpinistas" programados para Vila Velha pela prefeitura municipal.

Seriam escaladas de "padrão internacional" visando os paredões e as "garrafas" ornados de belíssimas e frágeis estruturas runíformes, pseudocársticas e elaboradas nos últimos milênios pela intemperização química dos arenitos.

Alegam os responsáveis que nada seria destruído!

Quanta ingenuidade...

Mais uma forma de danificar o já tão danificado monumento geográfico-geológico, único em seus aspectos peculiares e muitas vezes referido na literatura geológica internacional, bem como em livros-textos utilizados em universidades americanas.

E aqui no Brasil?

Parque de diversões...

Que destino!

Nada contra diversões. Entretanto, esporte e piquenique não em Vila Velha, onde algo mais e muito maior existe!

Vila Velha é arte, é um quadro da natureza, é um monumento a respeitar e preservar, um bem cultural de grande valor, como uma jóia rara, inestimável...

Em defesa de Vila Velha, há onze anos, movemos ação na Justiça contra o estado do Paraná. A ação popular teoricamente foi vencida, porém na prática muito pouco foi conseguido...

O que foi feito para reparar os danos causados pelo estado?

Seria prioritária a construção de um restaurante de 300 lugares?

Será que nossa cultura se restringe ao apetite de turistas gastronômicos?

Culturalmente temos muito a desejar. Nossa sociedade é apática. O Brasil não é apenas carnaval e futebol... É preciso muito mais!...

O estado esquece as condições lamentáveis em que se encontra o Parque Estadual de Vila Velha e quer passá-lo adiante, ao primeiro que aparece...

A quem tenha recursos para enfrentar as exigências da ação popular e numerário para manter o parque em condições de dignidade que o status internacional que Vila Velha possui.

A quem não ignore que a erosão e o mau uso turístico desgastaram profundamente os afamados arenitos de Vila Velha. Caminhos transformaram-se em sulcos, degraus dão acesso ao colo do famoso cálice, flora e fauna estão sendo intensivamente perturbados; o cenário natural se descaracteriza

cada vez mais.

Nada, ou muito pouco, foi feito em termos de conservação e recuperação dos danos causados anteriormente.

O estado foi omissivo, apesar de toda estrutura que possui como uma das unidades mais ricas da Federação. Verdadeiro espírito de novo rico... Parece querer apenas se livrar do "abacaxi"... ou do limão, como diriam os americanos.

Desconsidera a capacidade de um órgão conceituado como o ITCF, desacreditando-o perante o público.

O que poderá fazer o município de Ponta Grossa, com muito menos recursos? Não negamos a boa intenção do senhor prefeito, mas Vila Velha não é lugar de "parque alpinista"!

No dia Mundial do Meio Ambiente, o governo do Paraná, em propaganda paga (Gazeta do Povo, 05/06/89), prega:

O "respeito à natureza do Paraná";

O "respeito à natureza na base do discurso"; e que "conservar a natureza é produzir riquezas".

Prega ainda que: "o Governo do Paraná não faz o discurso da moda; o discurso do ecologismo".

Salienta que... "tem uma ação integrada, que se reflete numa ação efetiva, sem oba-oba, sem blá-blá-blá".

Com esta matéria paga pelo contribuinte, o governo desconsidera e despreza a colaboração espontânea prestada pela comunidade representada pelas associações ecológicas, conservacionistas e ambientalistas.

Pretende fazê-las calar, embora estejam lutando por um Paraná melhor. Pois o senhor governador em exercício alijou a Adea, de maneira totalmente arbitrária e totalitária do Conselho do Litoral. Sem comentários...

Para o bem comum, o governador não pode usar de "autoritarismo político", como que em substituição ao autoritarismo militar.

Senhor governador, respeitemos o patrimônio natural do Paraná representado pelo Parque Estadual de Vila Velha, não o enjaitemos!

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 20 DE JUNHO DE 1.989.

## "IVAIPORÁ QUER AULAS DE TRÂNSITO E AGROPECUÁRIA EM SUAS ESCOLAS"

IVAIPORÁ - O prefeito de Ivaiporã, Antônio da Paz Rosa Filho (PL), sancionou lei número 681/89, esta semana, que institui nas escolas da rede municipal de ensino a inclusão nos currículos das discipli-

nas Educação do Trânsito e Noções Elementares sobre Agropecuária. A lei foi sancionada em atendimento a pedido da Câmara de Vereadores, que aprovou requerimento assinado por diversos vereadores neste sentido.

Cópia da lei será encaminhada agora à Secretaria Estadual de Educação, juntamente com um ofício solicitando parecer favorável desta pela inclusão das disciplinas, uma vez que o município não tem poder para alterar currículos escolares.

Caso o parecer seja contrário, a prefeitura poderá então, desenvolver atividades extra-curriculares com os alunos sobre as duas propostas.

#### IMPORTÂNCIA

Para o prefeito Antonio da Paz, é de

suma importância que os alunos comecem já no primeiro grau a ser educados para o trânsito, diante dos números incalculáveis de acidentes que acontecem nos dias de hoje.

É também uma maneira, conforme assinala, "de nossos jovens adquirirem mais espírito cívico, que tanto falta nos dias de hoje" - observa.

Quanto a disciplina de Noções Elementares sobre Agropecuária, o prefeito salienta que esta é uma necessidade em vista deste município ser essencialmente agrícola. "Estamos desenvolvendo programas de hortas escolares, com o objetivo de oferecer uma melhor merenda escolar aos nossos estudantes, por isso acreditamos viável que esses também tenham noções de atividades agrícolas" - salientou: